



Anais da Assembléia

Nº 167

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 1997.

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Rery Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM Nº 061/97

Curitiba, 03 de outubro de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, ob-

jetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica, monofásica, dos consumidores cujas propriedades sejam predominantemente residenciais, da área urbana ou rural, cujo consumo, no mês, não seja superior a 30 kWh.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade, pois, com inteira justiça, ajuda pessoas mais necessitadas, poupando-as do pagamento de despesas pelo fornecimento de energia elétrica, desde que o consumo mensal não ultrapasse 30 kWh e que a energia gasta seja monofásica.

Melhor detalhando a conveniência e oportunidade da medida, segue, adiante transcrita, justificativa da lavra da Companhia Paranaense de Energia - COPEL:

"Atendendo a decisão do Governador do Estado do Paraná, a COPEL, a partir dos faturamentos do mês de abril de 1996, deixou de cobrar as faturas de energia elétrica dos consumidores residenciais monofásicos, rurais e urbanos, cujo consumo de energia mensal não seja superior a 30 kWh, e cujos consumos não estejam sujeitos a sazonalidades.

Ao mesmo tempo, a COPEL passou a entregar a esses consumidores as faturas de energia elétrica devidamente quitadas. Tais documentos são fundamentais aos consumidores, pois servem, entre outras finalidades, até como comprovantes de residência.

A COPEL, no entanto, está entregando os avisos de vencimento quitados sem que o correspondente numerário esteja ingressando no caixa da Empresa. Tal prática cria, sob o aspecto contábil, déficit de receita inexplicável para os auditores internos, independentes e do Poder Concedente.

De acordo com orientação do Governo do Estado, consignada em Assembléia geral dos Acionistas da COPEL, os valores correspondentes devem ser ressarcidos à COPEL, pelo Estado, através de dotações no orçamento geral.

Ressalta-se que o ressarcimento à COPEL é de significativa importância em função dos seguintes aspectos:

- A COPEL, na qualidade de Sociedade Anônima, tem responsabilidade perante seus acionistas sobre todas as ações que influenciam o resultado econômico-financeiro da Empresa.

- A Empresa vem empreendendo esforços no sentido de adequar-se às exigências da legislação norte-americana na composição de seus demonstrativos financeiros, objetivando

sua inserção no mercado internacional de capitais.

- De conformidade com a legislação do setor elétrico, a COPEL está sujeita à fiscalização do Poder Concedente, representado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, e obrigada a prestar contas sobre sua gestão econômico-financeira. O não-ressarcimento pelo Estado pode comprometer futuras solicitações de revisão tarifária, indispensáveis à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária.

O não ressarcimento acarretaria uma situação de exposição da administração da Empresa, bem como do Estado do Paraná, como acionista majoritário da COPEL, criando ainda problema de natureza societária".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores cujas propriedades sejam utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicos, de área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 kWh.

Parágrafo Único - Ficam excluídas do benefício as unidades consumidoras que apresentarem sazonalidade de consumo, as que não estiverem ocupadas e as que não se caracterizarem como residência permanente e, a partir de 01.10.97, também os consumidores residenciais urbanos que não pertencerem à subclasse "residencial baixa renda", conforme definido na Portaria nº 190/96, de 31.05.96, publicada em 07.06.96, do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Art. 2º - O ressarcimento às concessionárias de energia elétrica situadas no Estado do Paraná dos valores correspondentes ao benefício referido no art. 1º será efetuado mediante dotação no orçamento geral do Estado do Paraná. Os procedimentos inerentes a essa operação serão realizados pela Secretaria da Fazenda.

Art. 3º - O ressarcimento referido no art. 2º desta lei, aplica-se a

partir dos faturamentos relativos aos consumos do mês de abril de 1996, inclusive.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 Sessões, do item 03, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 352/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (08/10).

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2281-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e com fundamento no § 5º do artigo 167 do Regimento Interno desta Casa, seja o requerimento de aprovação de voto de solidariedade aos Srs. Francisco da Cunha Pereira Filho e Paulo da Cruz Pimentel, votado nominalmente conforme processo de votação previsto no inciso II do artigo 164 do referido Regimento.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Helena Bornia Lanei e Angelim Lanei, que completou 65 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Jacarandá. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovar o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo

intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Maria das Neves e Osvaldo Alvino da Silva, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente Sessão, em voto de regozijo pelo transcurso, dia 13 próximo, do Dia do Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

Da decisão desta Casa, requer-se, seja dada a devida ciência ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 13 do corrente mês, assinala a passagem do Dia do Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, profissões definidas pelo Decreto-Lei 938/69.

É inegável a importância desses profissionais no campo da saúde, razão para que mereçam nosso mais sincero aplauso, por ocasião de tão importante data.

Desejamos, na pessoa do Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, Dr. Tafeu Nicoletti, transmitir à todos esses abnegados profissionais, as homenagens desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Presidente Sidnei Santos da Silva, da UPES - União Paranaense de Estudantes Secundaristas, pela reinauguração da histórica sede da UPES, a ser realizada no próximo dia 26 de setembro de 1997.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada ao Presidente Sidnei Santos Silva, à Rua Marechal Mallet, 250 - CEP 80540-230 - Juvevê - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento se justifica no momento em que a União Paranaense de Estudantes Secundaristas - UPES, reinaugura sua histórica sede no Paraná. Os nossos estudantes secundaristas foram - na época - os que mais se destacaram na luta contra o regime da ditadura que foi implantado no país. Sofreram pressões terríveis e resistiram bravamente. Por isso, ao requerer votos de congratulações, tive como objetivo principal, homenagear a categoria estudantil secundária, pela forma honrosa com que se comportou durante aquele período ditatorial.

Aliás, essa juventude brasileira que quando do processo de impeachment do Presidente Collor, pintou o rosto e saiu às ruas, mais uma vez, lutando pela consolidação da democracia no Brasil.

Faço, desta forma, com este requerimento, uma homenagem à juventude do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de congratulações à Polícia Civil do Estado do Paraná, pelos seus 144 anos de existência comemorados nesta data.

Requer ainda, seja oficiado ao MD. Delegado-Geral da Polícia Civil, Sr. Artur Braga, cumprimentando através da sua pessoa, a todos os inte-

grantes dessa gloriosa corporação, bem como, estender esses cumprimentos ao Sr. Renato Ortolani de Souza, MD. Diretor da Escola da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Lions Clube Pitangui, pela comemoração de seu 19º aniversário.

O Lions Clube Pitangui, vem ao longo dos últimos 19 anos promovendo auxílio de cunho social às famílias carentes de Ponta Grossa, tentando assim, amenizar as dificuldades encontradas pelas mesmas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Lions Clube Pitangui, em nome de seu Presidente, Neri Aloisio Birck, aos demais membros da diretoria e de todos os associados, sito à rua Comendador Miró, 1445, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, nos termos do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos, voto de congratulações ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, pelo Dia do Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, a ser comemorado no dia 13 de outubro de 1997.

Requer, outrossim, seja dada ciência deste requerimento ao Dr. Tadeu Nicoletti, Presidente da Entidade homenageada, no endereço em Curitiba, à rua Marechal Deodoro, nº 2413, sobreloja.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Fisioterapeuta e o Terapeuta Ocupacional são profissionais de curso superior que atuam na área de saúde, prestando relevantes serviços à comunidade e sociedade em geral.

São atividades do fisioterapeuta, nos termos da legislação em vigor, executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente, cabendo ao terapeuta ocupacional as mesmas atribuições, mas com o propósito

de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente.

Nada mais justo, pois, que no seu dia seja homenageada a entidade que os congrega, no âmbito do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig; e ao Diretor Geral do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando a recuperação asfáltica entre os Municípios de Imbaú e Telêmaco Borba.

A referida solicitação faz-se necessária frente ao fato de que a ligação asfáltica entre Imbaú e Telêmaco Borba encontra-se em condições inadequadas de tráfego, pois recebe um fluxo grande de veículos, principalmente caminhões, acarretando assim, o sucateamento da estrada, vindo a facilitar a ocorrência de acidentes.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig; e ao Diretor Geral do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando a recuperação asfáltica entre o Distrito de Porteira Grande e o Município de Reserva, bem como de Reserva e Cândido de Abreu.

A referida ligação asfáltica encontra-se bastante danificada, devido ao desgaste provocado, tanto pelo tráfego intenso, quanto pela ação da chuva, facilitando a ocorrência de acidentes e a quebra de veículos que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, solicitando urgência na tramitação do convênio entre a referida secretaria e a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O convênio supracitado refere-se ao asfaltamento interno do Campus Uni-

versitário da UEPG, o qual já está sendo realizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Regional de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2281-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro Luiz Felipe Palmeira Lampréia, solicitando a instalação da sede do Banco do MERCOSUL em Curitiba.

Tal solicitação é feita com base na última reunião do Conselho Parlamentar do Sul - COPASUL, que entende que o Banco do MERCOSUL, resultante da transformação do FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, representa o caminho seguro para o desenvolvimento integral e harmônico dos países que compõem o MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Esporte e Turismo do Paraná, fazendo o seguinte questionamento: qual o total de recursos públicos oriundos da administração direta, indireta e empresas estatais aplicados nos Jogos Mundiais da Natureza, desenvolvidos, este ano, na Costa Oeste do Paraná?

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Ângelo Vanhoni, Toti Colaço, Luiz Claudio Romanelli e Nereu Moura.

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-assinados, no gozo de suas prerrogativas, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais, do documento anexo - Movimento em Defesa do BANESTADO, lançado pelo coletivo de trabalhadores desse Banco público, que merece o apoio mais irrestrito de todas as pessoas de bem e sobretudo dos paranaenses dignos.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(aa) HORÁCIO RODRIGUES

VALDIR ROSSONI

LUIZ CARLOS MARTINS
WALMOR TRENTINI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - É intocável e inalienável 60% (sessenta por cento) do patrimônio do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, o qual deverá permanecer de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

EDNO GUIMARÃES

LUIZ CARLOS MARTINS

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

NEREU MOURA

TOTI COLAÇO

GERALDO CARTÁRIO

CÉSAR SELEME

EDSON LINO

ANIBAL KHURY

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

ÂNGELO VANHONI

HORÁCIO RODRIGUES

ORLANDO PESSUTI

JOSÉ TAVARES

WALMOR TRENTINI

NEIVO BERALDIN

AUGUSTINHO ZUCCHI

EMERSON NERONE

ÉLIO RUSCH

HIDEKAZU TAKAYAMA

DOUTOR ROSINHA

JÚLIO ANDO

IRONDI PUGLIESI

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Poucas instituições representam o Paraná como o BANESTADO e talvez nenhuma foi tão importante no desenvolvimento do nosso Estado.

Não foram poucas as vezes que noticiaram que o BANESTADO estaria numa pré-insolvência, tal como ora se pretende aventar.

Contudo, é manifesto que a situação atual não se apresenta tão grave como as anteriores, portanto, longe está de justificar a sua privatização ou entrega economicamente injustificável.

Ainda, as medidas anunciadas se praticadas, indubitavelmente trazem enormes angústias a funcionários, clientes e paranaenses.

Por isso, só e por muito mais se poderia alegar, justifica a urgente aprovação da presente resolução.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 524/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural de Santo Antonio do Sudoeste, com sede e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1993, e presta atendimento à muitos estudantes, os quais são filhos de agricultores da região, e com o auxílio desta Casa Familiar Rural, estão profissionalizando-se na área em que mais tarde irão trabalhar, ou seja, em cima de suas próprias propriedades.

Pelo motivo acima exposto, e pelo relevante serviço que a entidade vem prestando à comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 525/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no Estado do Paraná a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Panorama, com sede e foro no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem por objetivo a declaração de Utilidade Pública da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Panorama, com sede e foro no Município de União da Vitória.

A entidade vem promovendo o desenvolvimento da comunidade daquele conjunto de moradores, realizando obras e ações junto a órgãos públicos, proporcionando a melhoria do convívio

e da condição de vida, integrando os municípios através de atividades econômicas, culturais e desportivas.

A proposta em questão vem contemplar uma associação, que pelos méritos de suas ações merece o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 526/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no Estado do Paraná, a Associação Nossa Senhora da Saúde Água Quente dos Luz, com sede e foro no Município de Rebouças.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, da Associação Nossa Senhora da Saúde Água Quente dos Luz, com sede e foro no Município de Rebouças.

A entidade em tela, tem por finalidade o estudo das condições sociais e econômicas da localidade, envidando esforços também para controle sanitário, promovendo ações de assistência social, objetivando sempre o desenvolvimento da vida comunitária.

A iniciativa legislativa atende aos princípios de legalidade, estando adequada aos ditames da Lei Estadual regulamentadora de Declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares ao plano de lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 527/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no Estado do Paraná a Sociedade Beneficente Juarez Martins Filho, com sede e foro no Município de Clevelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, objetiva declarar de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Socieda-

de Beneficente Juarez Martins Filho, sediada no Município de Clevelândia.

A instituição filantrópica, tem por finalidade precípua assistir ao menor procedente de famílias da comunidade, socialmente carentes, auxiliando-os em seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor, primando para o aprimoramento eficiente do processo educativo dos mesmos.

O plano de lei em epígrafe, atenta detalhadamente a todos os requisitos impostos pela lei estadual regulamentadora de Declarações de Utilidade Pública no Paraná, estando em perfeitas condições de merecer o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 528/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através do Departamento Estadual de Trânsito, a transformar em CIRETRAN, o Posto de Atendimento do DETRAN do Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A referida proposição tem por objetivo dotar aquela unidade de trânsito de maior estrutura física e funcional, imprescindível para garantir a celeridade no trâmite de processos, faticitando o acesso aos serviços prestados pelo Órgão, como a expedição de carteiras de habilitação, e oferecendo melhor atendimento e comodidade aos usuários.

Atualmente São Miguel do Iguaçu, que é sede de comarca, conta com uma população de 23.195 habitantes e 5.052 veículos registrados.

Com a implantação da CIRETRAN, outros municípios circunvizinhos poderão se beneficiar, como o de Itaipulândia, que já é atendido pelo posto em apreço e possui 564 veículos.

Tratando-se de justa e antiga reivindicação formulada por lideranças políticas dos municípios mencionados, entidades privadas e sociedade em geral, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 529/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, fica autorizada a firmar convênios e outros ajustes com os municípios, para fins de manutenção, instalação, ampliação e fornecimento de materiais aos sistemas de iluminação pública, urbana e rural.

Art. 2º - O município solicitará diretamente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL a formalização do convênio, resguardando seu dever de fiscalização.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

É sabido que a manutenção da rede de iluminação pública, na grande maioria dos municípios do Estado do Paraná é executada mediante convênio, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, com vantagens técnicas e econômicas reconhecidas por todos os entes públicos e pela população beneficiada, principalmente pelo baixo custo dos serviços. Todavia, a COPEL, para manter estes ajustes, necessita de autorização legislativa, de modo a evitar controvérsia quanto a legalidade do procedimento.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 530/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido que as empresas de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, que operam no Estado do Paraná, são obrigadas a instalar cinto de segurança na totalidade dos assentos dos veículos utilizados em serviço.

Art. 2º - Nenhum veículo poderá ser matriculado no órgão de trânsito competente nem terá a sua matrícula renovada sem que haja a comprovação do integral cumprimento do estipulado no art. 1º.

Art. 3º - A concessão ou a renovação dos contratos para exploração do transporte coletivo intermunicipal, fica condicionada à adaptação dos veículos, ao disposto nesta lei.

Art. 4º - As empresas concessionárias farão afixar no interior dos veículos mensagens alertando os passa-

geiros da disponibilidade, em suas respectivas poltronas, do mencionado equipamento de segurança e de obrigação de seu uso.

Art. 5º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o proprietário do veículo a:

I - multa, na forma do regulamento;

II - rescisão do contrato de concessão.

Art. 6º - Ficam isentos da obrigação prescrita por esta lei, os veículos automotores de transporte coletivo que integram a Rede Integrada de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) JÚLIO ANDO

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional, a adoção de novas tecnologias, o desenvolvimento de todos os setores de atividades acabam por promover, muitas vezes, alterações indesejáveis no meio ambiente e no modo de vida das pessoas.

Surgem novidades que exigem mudanças estruturais e comportamentais. Poderíamos citar alguns exemplos: a poluição causada pelas indústrias e pelo acúmulo de detritos tem provocado saudáveis reações das comunidades, que passam a se preocupar com a instalação de filtros nas fábricas ou com a coleta seletiva de lixo; tem mudado a mentalidade do consumidor, que aprende a fazer valer seus direitos. A violência urbana tem obrigado o indivíduo a aumentar a segurança de sua moradia. O homem moderno já não se surpreende com o avanço tecnológico das comunicações. Ao contrário, procura integrar-se aos novos sistemas e deles usufruir da forma mais adequada possível.

Nesse mundo em rápida transformação, requer atenção permanente a administração dos problemas surgidos com o crescimento do número de veículos e o conseqüente aumento do número de acidentes nas estradas e nas áreas urbanas.

No Brasil, revela-se especialmente importante a questão da segurança no trânsito, imprescindível para a

proteção de nossa integridade física, uma vez que as condições brasileiras são próprias dos países menos desenvolvidos: a população ainda não tomou plena consciência da necessidade do respeito às regras de trânsito e é deplorável o estado de conservação das estradas.

Há muito tempo os países desenvolvidos tem-se preocupado com a utilização de um equipamento simples, mas muito eficiente: o cinto de segurança. Em nosso país, a medida inicial relativa a esse aspecto foi a instituição da obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nas estradas por passageiros de automóveis. Mais recentemente, tem sido objeto de preocupação o uso do cinto nas áreas urbanas.

Já regulamentado em outros países, o uso do cinto de segurança por passageiros e motoristas de ônibus tem-se mostrado eficaz na redução do número e da gravidade das lesões causadas por acidentes. É essencial que passemos a atuar preventivamente, por nos defrontarmos, como mencionamos, com sérios agravantes, que vão desde o estado de conservação das vias públicas até as precárias condições de assistência aos doentes, entre os quais, os acidentados.

Urge, portanto, adotarmos medidas de segurança que acompanhem o desenvolvimento mostrado em outros setores, de forma a nos colocarmos um pouco mais próximos da modernidade.

O que estamos propondo, na verdade, nada mais é que um passo para melhor adequação do transporte coletivo às atuais condições de vida; é o atendimento a uma demanda presente há muito em nosso cotidiano e ainda sem uma resposta satisfatória.

Para tanto, usamos da competência estipulada pelo Art. 53 da Constituição Estadual, que reza caber à Assembleia Legislativa dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente a do inciso XVI deste artigo, a qual é decorrente da competência comum prevista no Art. 23 da Constituição da República. Ora, o Art. 23 da Carta Federal dispõe ser competência do Estado, comum à União e ao Município: XII - estabelecer e implantar política de boa educação para segurança de trânsito. O mesmo texto está contido no art. 12, inciso XII da Constituição Estadual.

Acreditamos que as medidas a serem viabilizadas pela aprovação deste projeto terão, a um tempo, caráter educativo e preventivo, contribuindo para salvar vidas e para evitar o sur-

gimento de lesões permanentes, de elevado custo pessoal e social.

PROJETO DE LEI Nº 531/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Serviço Social da Fundação Erasmo de Rotterdam, no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O serviço que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos, a prestação de serviços sociais, e em particular: desenvolver e incentivar as atividades artísticas e culturais; promover, apoiar e desenvolver estudos e pesquisas, assegurando, inclusive, apoio material e técnico a pesquisadores e instituições científicas que compartilham ou venham se associar na execução de empreendimentos dessa natureza; promover o desenvolvimento e a formação de recursos humanos especializados, instituindo, na medida do possível, bolsas de estudo, estágios, treinamento e auxílios a estudantes e pesquisadores que venham contribuir para o aperfeiçoamento e ampliação de novos conhecimentos no âmbito de atuação da fundação; patrocinar e apoiar o desenvolvimento de novos talentos entre outros objetivos.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nºs 8589 e 6994, que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 532/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santa Cruz de Monte Castelo, com sede e foro no Município de Santa Cruz de Monte Castelo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santa Cruz de

Monte Castelo, é uma associação civil, fundada em 24 de março de 1993, com número ilimitado de associados, por tempo indeterminado sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Santa Cruz de Monte Castelo.

São objetivos da associação, promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais, coordenar e executar na área da jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs, coordenar e executar servindo como órgão de articulação com outras entidades no município, que defendam a causa do excepcional em qualquer dos seus aspectos, encarregar-se em âmbito municipal, da reunião e divulgação de informação sobre assuntos referentes ao excepcional, cabendo-lhe especialmente, o planejamento de programas, a publicação de trabalhos e obras especializadas.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Pública, tendo em vista os motivos retro, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 533/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os consumidores residenciais monofásicos da área urbana ou rural, com consumo mensal não superior a 30 KWH, ficam isentos do pagamento da tarifa de energia elétrica.

Art. 2º - Estão excluídas do disposto no artigo 1º as residências que apresentam sazonalidade de consumo, as residências não ocupadas e as que não se caracterizam como residência permanente.

Art. 3º - O benefício concedido pelo artigo 1º será reembolsado pelo Estado do Paraná às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, e esse reembolso será efetivado mediante apropriação mensal, pura e simples, do seu valor total como crédito de ICMS, na forma da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná recentemente autorizou a COPEL, pela quadragésima primeira Assembléia Geral Ordinária, realizada em 23 de abril de 1996, a isentar do pagamento da tarifa de energia elétrica os consumidores residenciais monofásicos da área urbana ou rural, cujo consumo no mês seja superior a 30 KWH, ficando excluídas as residências que apresentam sazonalidade de consumo, as residências não ocupadas e as que não se caracterizam como residência permanente.

No mesmo ato, o Estado do Paraná assumiu o pagamento desse valor, mediante inclusão no Orçamento Geral.

Muito embora essa deliberação valha para todo o território paranaense, ela só alcança os consumidores atendidos pela COPEL, concessionária de serviço público de energia elétrica cujo capital majoritário pertence ao Estado do Paraná.

Os consumidores de outras regiões, como Campo Largo e Guarapuava, atendidos por outras concessionárias que não a COPEL (Rede Cia. Força e Luz Oeste, Cia. Campolarguense de Eletricidade), não recebem benefício algum.

O benefício concedido pelo Governo do Estado do Paraná é medida de justiça social e deve ser publicamente reconhecido.

Não tem sentido, por isso, que ele só alcance uns consumidores e exclua outros que se encontram na mesma situação, pois "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", nos termos do artigo 5º da Constituição Federal.

Então, por uma questão de equidade e isonomia, impõe-se que a isenção alcance todos os consumidores estabelecidos no Estado do Paraná, na forma proposta.

O artigo 3º do projeto de lei, estabelece que o valor total do benefício será reembolsado pelo Estado do Paraná às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica e que o reembolso será efetivado mediante apropriação mensal, pura e simples, do seu montante como crédito de ICMS, na forma da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

É a maneira mais ágil e efetiva do Estado do Paraná reembolsar as concessionárias de serviço público de energia elétrica, já que só a COPEL integra a administração pública.

As demais sabidamente pertencem à iniciativa privada.

As concessionárias de serviço público de energia elétrica simplesmente apropriam como crédito de ICMS o valor

total do benefício mensal concedido aos consumidores, não precisando ser incluído no Orçamento Geral.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa, e peço o apoio aos Srs. Deputados, ao seguinte requerimento: "defesa do Banco do Estado do Paraná.

Os Deputados infra-assinados, no gozo de suas prerrogativas, requerem à Mesa, ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais, do documento anexo - Movimento em Defesa do Banco do Estado, lançado pelo coletivo de trabalhadores deste Banco público, que merece o apoio mais irrestrito de todas as pessoas de bem, sobretudo dos paranaenses dignos e honrados".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, evidentemente que não vou pedir, aqui, um minuto de silêncio por ser praticamente impossível calar todo mundo ao mesmo tempo. Mas vou ler daqui desta tribuna democrática da Assembléia Legislativa, alguns nomes traídos pelo Senador "sub judice" Roberto Requião de Mello e Silva.

São eles: Vereador José Maria de Paulo Correia, Vereador Valdir D'Ángelis, Aziel Pereira, Marlene Zarin, Aziz Abdala Domingos, Moacir Tosin, Laura de Carvalho Chaves, e, "in memoriam", o funcionário e Presidente da zonal do PMDB da Região do Cristo Rei, que faleceu ao final do ano passado, e foi abandonado pelo Senador há pouco referido, é o meu amigo Durval, enterrado em Curitiba. Completamente sugado, morto, assassinado pela incompetência, pela falta de amizade do Senador, que anteontem, nas televisões, falou da imprensa livre do Paraná. A imprensa que ele usou para denegrir homens e mulheres sérios do Paraná, já no começo de sua carreira, quando ele anunciava: "Richa e Requião - Irmão!"

Claro, a população não entendeu, naquela época, qual dos irmãos era o traído. Hoje, boa parte da população já sabe quem foi o Abel, e quem foi o Caim.

A voz deste Senador "sub judice" da República, é como a voz de um sino de barro. Ela não vai direto ao coração desta população paranaense ordeira e religiosa, e lembro agora de um fato que na campanha do Senador "sub judi-

ce", eu estava no PMDB, ajudei, fiz esse mal para Curitiba, que me arrependo até hoje, ajudei o Requião, e num bairro da periferia de Curitiba, fazendo as visitas, o Senador "sub judice" entregava crucifixos, e disse para mim: "Horácio, sou um cínico político".

Nunca chamei o Requião de mentiroso e não vou chamar. Ele, de fato, é um cínico político. É mentiroso. Não tem honra, não respeita a verdade.

Esses poucos amigos que eram do Requião, serão, infelizmente, se não acordarem, se não abrirem os seus olhos, os Deputados, os Prefeitos, os Vereadores que ainda acreditam na cantiga venenosa desse escorpião.

Ontem, o Deputado que representa o PT de Ponta Grossa, a quem respeito, acho que ele tem alguma coisa parecida com o Requião. É o tom da voz que de fato, é bonita, mas não é um concurso de beleza, de dicção que queremos aqui na Assembléia. Ele disse que seria um caso médico essa afronta, essa demonização que se faz contra o Senador "sub judice". É um caso médico. Tenho os pareceres que dão esse Senador como doente mental, e a Nação não sabe disso. A Nação não sabe que o Senador "sub judice" é doente mental, é um caso de hospital.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - O Deputado Horácio Rodrigues extrapola completamente o que diz o Regimento Interno.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Companheiro. Companheiro, na etimologia da palavra, é quem reparte o pão, e escutei nas discussões sobre pão, manteiga, leite, e me lembrei do cachorro-quente lá de Foz de Iguaçu.

Evidentemente, peço escusas se estou dizendo alguma mentira a respeito do Senador "sub judice" Roberto Requião de Mello e Silva.

Sr. Presidente, esse Senador, quando no exercício da Prefeitura, assinou dois decretos, mudando o zoneamento da cidade para proteger alguns amigos. Tudo o que falo, trago provas. Assinou. O dinheiro que a Prefeitura Municipal de Curitiba aplicava nas contas, no Banco do Estado do Paraná, tinham juros diferentes, a menor do que o dinheiro aplicado pela Presidência da Câmara Municipal sob minha responsabilidade, com juros que são 50% maiores...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - E aplicava na compra de comida para ca-

chorro, e... está na Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito aos Srs. Deputados, tanto o que está na tribuna, como os que estão no Plenário, que se cinjam a apartear o Deputado quando for autorizado, e se mantenham silenciosos quando o aparte não foi procedido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Vou retomar, aqui, se o senhor me permite fazer uma Questão de Ordem, da seguinte condição: no começo do ano, inclusive quando o Deputado Horácio Rodrigues veio para esta Casa, fiz um dia uma Questão de Ordem, e vou novamente aqui, Excelência, se Vossa Excelência me permite, reformulá-la.

Até hoje, aqui nesta Casa, com profundas divergências do ponto de vista político, temos mantido essa discussão aqui no mais alto nível, e se Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, que preside esta Casa com absoluta tranquilidade, é um homem que está acima dos partidos políticos, não tiver pulso na condução das falas do Deputado Horácio Rodrigues, infelizmente vamos verificar que debates do mesmo baixo nível que já se verificou em outros tempos, hoje não, felizmente, na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Por isso, apelo a Vossa Excelência para que coloque o Deputado Horácio Rodrigues dentro dos termos restritos do Regimento desta Casa, que exige respeito, mesmo na divergência de ideais, porque a tribuna não pode ser utilizada para ataques pessoais, feitos a um ex-Governador, a um ex-Deputado e a um Senador da República, por maiores que sejam as divergências, porque os interesses que movem o Deputado Horácio Rodrigues, certamente não são efetivamente aqueles de poder defender a honra deste ou daquele, ao contrário, de atacar e de caluniar, difamar e injuriar um Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ouviu com atenção as ponderações do Deputado Romanelli, mas não há Questão de Ordem a decidir.

A Presidência tem a responsabilidade de ser o sensor das calúnias, artimanhas, até verdades, e não vai concordar com ataques pessoais dos Srs. Deputados entre si, ou propriamente ao Senador da República.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Quero responder ao Deputado Romanelli, que também acho o Deputado Romanelli uma vítima desse engodo público que se chama Roberto Requião de Mello e Silva. É uma vítima, e o tempo vai dizer que tenho razão, porque também fui vítima.

O que, quais são os interesses que movem o PL? São os interesses do trabalhador, os interesses dos descamisados, os interesses da população mais humilde do meu Paraná. Não tenho interesse nenhum, não tenho conta no Banco do Estado, não sou amigo pessoal do Governador, nem do Secretário Rafael Greca de Macedo, da Casa Civil, não tenho nada com isso.

Por que me insurjo contra a presença política do Senador "sub judice"? Porque ele é um mal, ele é uma "AIDS política" asoberbando a maioria silenciosa, que esquece que usaram uma "camisa de vênus política" para se defender dessa trama diabólica que se faz, não contra o Governador Jaime Lerner, que não tenho nada com o Lerner, contra o Estado do Paraná. Que se traga dinheiro ao Paraná. Ninguém me ouviu aqui falar de ovelhas, apenas fiz uma brincadeira. Vamos fazer o túmulo à "ovelha desconhecida".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência fala agora no horário do PTB.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Por que não posso me utilizar da tribuna do lado esquerdo de quem está de frente ao Presidente? Claro que posso. Posso naquela, posso nessa. Não sou aliado a este Governo, e nem fui aliado ao outro Governo. Sou um Deputado independente, que dificilmente vou conseguir uma reeleição. Sei disso! Sou um partido pequeno. Mas, é um Partido Liberal, não é libertino. Há uma diferença.

Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência, encarecidamente, que convide o Senador "sub judice" para vir aqui, explicar para mim, que sou Deputado, as atitudes que ele fez na Prefeitura Municipal de Curitiba, onde o dinheiro do povo, da Prefeitura, dava um rendimento menor do que o dinheiro que a Câmara Municipal também aplicava, com ordem do Tribunal de Contas.

O Deputado Luiz Claudio Romanelli, no élan de defender o Senador, entendendo, acho-o um homem honrado, a mim os cabelos brancos, a ele a calva. Calva... calma! Calva... calma! Calma, que o santo é de barro! O santo é de

barro! Não estou demonizando ninguém, mas o santo é de barro! É um eunuco político! É uma mentira, um engodo, e Vossa Excelência, que é um excelente Deputado, soube atingir o Governo do Estado, naquela coisa da COPEL. Dou-lhe toda a razão. Vossa Excelência está caminhando a um precipício ao lado do homem, que tem por hábito, surrar, espancar o mais fraco ou a mais fraca, a rainha do lar.

Quem permite que um homem desses venha, novamente, afundar o Banco que não tem banqueiro - como dizia então - o Banco que não paga juros para a Prefeitura que ele administrava, o banco que emprestou dinheiro ao Governo do Estado. Virá de helicóptero superfaturado? Como? Fará junto com o Exército, o que ele dizia que eram todos maquinhos fardados? Fará outra ferrovia? Ora, é uma brincadeira!

Quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ainda terei vida para subir em palanques, e em frente ao Senador "sub judice" Roberto Requião, e terei vida aqui neste Plenário, Deputado Romanelli, chamar o Requião de mentiroso. Se carneiros existem, são os homens que acreditam ainda na fala desse Senador.

Conheço esse Senador, vi...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Pela Ordem. Vou pedir Pela Ordem, novamente, sendo...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não acha que está pedindo muito a palavra, Pela Ordem, hoje?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Acho, reconheço, mas queria o seguinte, Vossa Excelência: Artigo 158.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Até agora, não vi ofensa pessoal, a não ser a de início.

Então, Vossa Excelência deixe...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Excelência, ele diz que o Senador Roberto Requião é mentiroso. A mentira, imputar à alguém a expressão de mentiroso...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não vamos ficar nessas "excedências". Deixe ele continuar falando.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mas, Excelência, veja só o Artigo 158.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - No mesmo artigo, Vossa Excelência me chama de mentiroso. Invoco-o contra Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Excelência, tenho me pautado, aqui nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ordem na Casa.
Com a palavra, o Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Artigo 158, Excelência.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - O Artigo 158 que peço a Vossa Excelência, também, porque o Deputado Luiz Claudio Romanelli me chama de mentiroso, quando afirmo... Vossa Excelência, ao invés de trazer, peça um cafezinho ali, por favor. Muito obrigado, Vossa Excelência sempre foi muito gentil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Luiz Claudio Romanelli, peço...

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, são os marimbondos furiosos que garantiram o final de Governo de Roberto Requião. Marimbondos, foi o Sarney, que ele chamava de ladrão; foi o Collor, que ele tirou fotografia de mãos dadas. Ora! É evidente que a mão estava de frente, os dois estavam frente a frente, e não há aí malícia nenhuma, nem mentiras!

E que o Senador sub-oficial da República pintou o seu cavalo cor-de-rosa, pintou. Está aqui o nosso doutor em cavalos, que pode falar o que é uma amizade de um ser humano por um corcel, o árabe por natureza gosta de cavalos. Pior os que são cavalos, pisam nos professores, pisam nos funcionários.

Outro dia, um Deputado disse: "ainda bem que o Anibal não estava aí quando você pediu aumento ao funcionalismo da Casa". O Anibal estava escutando lá na Presidência. Sou amigo dele, não tenho medo dele.

Então, Sr. Presidente, aceito o debate em alto nível. Não sou formado em nada, sou formado na vida, tenho 9 filhos, 6 de criação. Estou fazendo a minha obrigação. Não me preocupo se o Roberto Requião vai me pegar na "Boca Maldita". Depois que ele deixou a Prefeitura, eu tinha prometido que, como homem, ia dar-lhe uma surra de cinta, pelo que ele fez à população de Curi-

tiba. Ele deixou de ir à "Boca Maldita", e um cidadão lá de Londrina furou a fila e bateu nele antes, aliás, antes um Deputado tinha dado uma "bolacha" nele.

E olhe, Sr. Líder do Governo, quero saber esse negócio de leite, de pão, de cachorro-quente de Foz do Iguaçu. Quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica que o seu tempo está encerrado.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Com a graça de Deus e da oposição da Casa, está encerrado.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, queria também fazer um apelo à Casa, e principalmente ao nosso Presidente, de que a forma com que o Deputado Horácio Rodrigues vem usando a tribuna, ontem, hoje, e com certeza nos próximos dias, com ataques pessoais diretos ao Senador Roberto Requião, ao Senador do Paraná, além de eu contestar, queria também afirmar ao nobre Deputado Horácio Rodrigues, que se por um acaso, o Requião fugiu do encontro na "Boca Maldita", o Deputado de Irati não foge, em momento algum, de uma dividida, porque da forma com que Vossa Excelência vem atacando a figura de um homem que mostrou para o país, para que serve um Senador da República, até então ninguém sabia, não podemos ficar calados dentro deste Plenário, e em qualquer circunstância, porque temos que travar um debate aqui, sim, um debate de alto nível. Já fui Vereador, fui Prefeito, estou no meu segundo mandato de Deputado, porém, ninguém nesta Casa, aqui nos meus 6 anos, viu o Deputado Toti, mesmo na oposição, atingir a figura de quem quer que seja, nem do Governador Jaime Lerner, ao qual sou oposição, de nenhum homem público deste Estado e deste país.

Faço as minhas críticas, sim. Contesto coisas que estão erradas, mas não está correto, meu prezado amigo Valdir Rossoni, que é o Líder do Governo aqui, não está correta a forma como está se conduzindo este processo que começou a partir de ontem, em cima de um programa político. Terão, sem dúvida nenhuma, o tempo necessário para utilizar, para atacar, da forma que quiser, o nosso Senador, dentro do horário político, e até porque poderão atacá-los a qualquer momento, através da própria imprensa.

Dito isto, quero deixar claro aqui, que não vou ficar calado, Sr. Presidente, a continuar da forma que está se colocando esta questão do Requião aqui dentro desta Casa. Não vou ficar calado.

Dito isto, peço vênias aos meus Parlamentares e ao meu preclaro Presidente, de me posicionar desta forma, porque o assunto que me trouxe aqui, seria, evidentemente, dar uma explicação ao Líder do Governo, Valdir Rossoni, que ficou pendente na tarde de ontem.

Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência, em que pesem algumas colocações, que também não concordei, na tarde de ontem, mas uma delas quero fazer um comentário: quando Vossa Excelência falava a respeito da Siemens, de Irati, eu, aqui desta tribuna, o fiz, reconheci a interferência do Governador Jaime Lerner em fazer com que aquela empresa fosse ser instalada na minha querida Irati, atendendo Irati e a nossa região. Fiz, aqui desta tribuna, porque quero ser sempre um homem justo.

Mas é bom, se faz necessário, agora, em razão da indagação, em razão das colocações feitas pelo Deputado Valdir Rossoni, que eu também possa dizer da preocupação que tenho com relação a administração pública municipal de Irati. Por que? Porque se for para o Município de Irati fazer um investimento, conforme tenho ainda parte dos documentos em mãos, tirar dos recursos da Prefeitura Municipal de Irati e colocar como investimento, como patrimônio da Siemens no Município de Irati mais de 2 milhões de reais, segundo informações que temos, automaticamente o Município de Irati, a Prefeitura não terá condições de arcar com estes recursos, porque sabemos, temos consciência, eu muito especialmente, das dificuldades enormes em que se encontram todos os municípios paranaenses, com suas prefeituras, hoje, muitas delas, já trabalhando quase que só um expediente.

Se for, evidentemente, com o apoio do Governo, repassando os recursos para o município, para cumprir o que está expresso nesse documento, que é parte da documentação, que só tenho parte dele, automaticamente ficará Irati feliz, contente, já está, e viabilizará automaticamente também a administração pública municipal de Irati, porque caso contrário, teremos a Siemens dentro de Irati e não teremos o atendimento na área da saúde, não teremos o transporte escolar, não teremos as estradas dos nossos agricul-

tores sendo patroladas e encascalhadas, não teremos um atendimento social dentro do nosso município, porque não há recursos para isto.

E, aliás, por falar em recursos, como foi de conhecimento, é de conhecimento de todo o Estado do Paraná, o próprio Prefeito que está lá, o atual Prefeito já declarou, publicamente, na imprensa, que não vai poder pagar o 13º salário. E na própria imprensa, expressas estão as palavras do Prefeito de Irati, porque recursos do município estão carreados para a Siemens. Isto causou um desconforto, uma insegurança e uma intranquilidade dentro do quadro dos funcionários da Prefeitura, que são mais de mil funcionários que lá trabalham.

Então, está, Sr. eminente Líder do Governo, é a preocupação do Toti, como municipalista, e, é claro, como cidadão de Irati. Colocou recursos na Prefeitura, não tem problema nenhum, vai funcionar a Siemens, e vai funcionar a Prefeitura. Não colocou os recursos para a Prefeitura. Funciona a Siemens e a Prefeitura está quebrada, e fecha as portas.

Acredito que tenha, automaticamente, deixado claro, aqui, com relação à colocação feita na tarde de ontem, pelo Líder do Governo Valdir Rossoni.

Sr. Presidente, antes de encerrar a minha participação nesta Assembléia, faço aqui mais um comentário: a securitização das dívidas que está no Congresso Nacional. Os nossos agricultores estão quebrados. A agricultura do Paraná será inviabilizada no próximo ano. Esta conta que está aí, hoje, que vence no mês de outubro, que estão procurando protelar em mais 2 ou 3 anos para pagar esta primeira parcela, é uma bola de neve. O colono já está quebrado, e daqui a três anos, vão até a esposa e os filhos para o cartório, e para o fórum.

É preciso que este Parlamento, se faz necessário que a Bancada Federal, possa, evidentemente, interpretar este sentimento dos nossos agricultores que querem trabalhar e não conseguem viabilizar as suas propriedades rurais. É preciso que os Deputados Federais, que representam o Paraná, sintam que os agricultores que estão hoje aí, à mercê de uma falência, se eles não baterem duro junto ao Governo Federal, que já socorreu os Bancos, que já colocou dinheiro puro em Bancos praticamente quebrados, e não quer abrir mão de uma prorrogação de um ano para o pagamento desta primeira parcela.

Para concluir, Sr. Presidente, os agricultores não são velhacos, e nem caloteiros, mas entretanto, o Governo Federal e também a interferência do próprio Governo do Estado terão de interferir neste processo, sob pena, é claro, de termos, no próximo ano, uma tragédia total e absoluta dentro da nossa agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, e não poderia deixar de me manifestar a respeito da polêmica, que por dois dias, assola a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em função do programa de televisão, que foi ao ar nesta segunda-feira, do Partido Democrático Brasileiro - PMDB, e com as afirmações e análises feitas pelo ex-Governador e Senador Roberto Requião.

Acho que o debate de ontem foi bastante esclarecedor, sobre algumas questões de conteúdo que estiveram expressas, à forma típica colocada pelo Senador Roberto Requião, dura, severa ao Governo do Estado do Paraná; à sua maneira de gerir as finanças do Estado do Paraná; à falta de programas de Governo do Estado para atender as demandas sociais e econômicas do nosso povo; o descaso completo para com a agricultura do Estado do Paraná; uma falta de gerenciamento absoluto das finanças do Estado, obrigando o Governo do Estado e o nosso Estado a se desfazer de patrimônio público para cumprir, não programas estratégicos do nosso Estado, mas muitas vezes para pagar a folha de pagamento, para pagar o 13º salário, como aconteceu com a vendas das ações da COPEL no ano passado.

Essas críticas, são críticas que de certa maneira, a oposição vem fazendo, sistematicamente, ao longo desses 3 anos aqui da tribuna da Assembléia Legislativa. Travamos um debate com os apoiadores do Governo e com o Líder do Governo - outrora Deputado Algaci Túlio, e hoje o Deputado Valdir Rossoni - um debate cotidiano, a respeito das ações do Governo do Estado do Paraná, que no nosso entender pode levar o Estado a uma situação perigosa, uma situação de extrema dificuldade, do ponto de vista da gerência das contas públicas.

Mas, não poderia deixar de vir aqui e fazer algumas observações críticas em relação ao pronunciamento do Senador e ex-Governador Roberto Requião, que sem muito de essência temos a concordar, do que foi dito na noite de segunda-feira, não poderia deixar de manifestar a minha apreensão quanto a algumas afirmações feitas pelo Senador, na televisão.

Acho que tenho moral, a cabeça erguida para vir aqui e fazer esse pronunciamento que faço hoje. E espero ter o apoio até da Bancada do PMDB, do Partido do Senador Roberto Requião.

Fui um dos primeiros, Deputado Alborghetti, e esta Casa é testemunha disso, mesmo um funcionário do Banco do Estado, sabendo que essa empresa é uma empresa que vive alguns problemas, do ponto de vista da implantação do real, da economia - como todos os Bancos brasileiros vivem - o Banco do Estado do Paraná já passou por dificuldades tremendas durante a sua história, graças à força, graças à garra, graças à competência técnica daqueles que gerem essa empresa.

O Banco do Estado do Paraná conseguiu sobreviver, ao longo da sua história, períodos terrivelmente mais difíceis do que se apresentam nos dias de hoje. E não tive a timidez, não tive a insegurança, quando percebi que algum ato administrativo do Banco do Estado estava lesando a empresa, estava lesando o público, não tive timidez e nem insegurança de vir a essa tribuna, e através da imprensa, tentar apontar os desvios que estavam acontecendo no nosso Banco.

Por duas vezes, esta Assembléia convocou a administração inteira do Banco do Estado - nenhum outro órgão, nenhuma outra Secretaria esteve tão presente nos debates da Assembléia Legislativa, quanto o Banco do Estado do Paraná. E sinto orgulho, de junto com outros Deputados, ter participado desses questionamentos, para corrigir os rumos do nosso Banco.

Sei que isso causou prejuízos para a empresa Banco do Estado, mas foram denúncias pontuais, foram denúncias para corrigir e apontar ao Governo do Estado, demandas que estavam acontecendo naquela empresa. No nosso entendimento, atos administrativos lesivos ao Banco, como a aquisição de títulos de Santa Catarina, de Alagoas, de Pernambuco, atos lesivos como a administração por parte do leasing, que deu problemas seriíssimos para o Banco do Estado. Fomos os primeiros a vir à tribuna e à imprensa, denunciar.

Relembro ainda no Banco del Paraná, o primeiro grande debate desta Assembleia a respeito do Banco do Estado, no ano de 1995. Por ocasião - o seu Presidente e toda a diretoria foram convocados, e compareceram - dos problemas ocorridos lá no Paraguai, com o braço do Banco do Estado, lá no Paraguai.

Sei que o Banco passa momentos de dificuldades, mas não são dificuldades essas que comprometem a viabilidade da empresa Banco do Estado, como uma empresa pública, que tão sabiamente, como o Deputado Orlando Pessuti leu nesta tribuna, texto elaborado por um ex-diretor e funcionário do Banco do Estado, Sr. Pedro Geraldo, que enumerou o papel desse Banco desde a sua fundação em 1928, quando lá em Campo Mourão, quando lá em Arapongas, quando lá em Umuarama, quando a terra era de chão batido, um instrumento de ofertar crédito e serviços ao povo daquela região, para que se desenvolvesse.

Hoje, quando o comércio se desenvolve, quando a indústria toma conta do Estado do Paraná, quando a ciência trouxe a tecnologia da informação à disposição de todos os serviços da economia, quando o asfalto está na beira da casa, na beira da fazenda dos agricultores, a iniciativa privada financeira sabe que lá nesse mercado tem um bom lucro e pode ter um grande sucesso.

Hoje, mais do que nunca, o Banco do Estado tem que continuar como um Banco público, agente de desenvolvimento no nosso Estado. E não posso deixar de acompanhar aqui alguns Deputados, e outras pessoas da sociedade que assistiram o pronunciamento do ex-Governador Roberto Requião, e estranharam a forma como se referiu a essa empresa.

Acho que o ex-Governador Roberto Requião poderia ter enumerado centenas de irregularidades do Banco do Estado, e ter chamado a atenção do Governador para que corrigisse essas centenas de irregularidades. Mas não afirmar uma inverdade de que o Banco do Estado do Paraná estava quebrado ou está quebrado. É uma grande inverdade, tem problemas econômicos do passado, que se avolumam como qualquer outro Banco. Mas, via de regra, o Banco do Estado, em relação a outros Bancos públicos, é o que melhor situação financeira tem no país.

É preciso que se diga isso, em bom e alto som, para que a sociedade não titubeie em aplicar os seus recursos no Banco do Estado do Paraná. São 15 mil funcionários do Banco que lutam

diariamente para trazer mil reais de depósito para esse grande Banco, para fazer dessa empresa um grande instrumento para o Estado do Paraná. Não pode o Governador Requião vir à televisão e afirmar 10 vezes que este Banco está quebrado.

Sou bancário, não pertenço a uma empresa que vende água, que quando abre a torneira, a empresa está lucrando, ou quando se liga a luz a empresa está faturando, porque ligou a luz. Banco - e o Governador sabe disso - precisa ter credibilidade, precisa ter tranquilidade, precisa ter a segurança no mercado para que ele se desenvolva.

Num momento tão difícil como este, para 15 mil funcionários, e porque não dizer 50 mil paranaenses que vivem em função direta dessa empresa, porque atrás de cada funcionário do Banco do Estado, podem contar, tem 3 dependentes que se utilizam desse salário para viver, e do fundo de pensão para garantir, muitas vezes, o pecúlio de uma aposentada, de uma viúva, e da segurança médica que essa empresa tão forte no Paraná, dá para os seus habitantes.

Digam-me, uma empresa do Estado do Paraná, que tenha essa força econômica e tanta presença social no nosso Estado.

Srs. Deputados, não podia deixar de fazer esse registro, porque no dia seguinte eu estava nas agências do Banco do Estado, e conversei com inúmeros gerentes e com caixas do Banco, com escriturários do Banco, e sei o que foi essa afirmação tão lesiva para o Banco do Estado do Paraná. Espero que o ex-Governador Roberto Requião, e sei que a sua intenção não era essa, de querer fazer com que o Banco do Estado ficasse numa situação mais difícil. Mas, temos que pensar muito bem, quando fazemos críticas e a forma como fazemos as nossas críticas, em relação às ações do Governo.

Mais ainda, Sr. Presidente, quero dizer que a nossa Bancada, está em votação hoje, um pedido, um requerimento feito pelo Deputado Valdir Rossoni e outros Deputados o subscrevem. Não tenho ainda o entendimento de toda a Bancada do PT, mas por algumas conversas prévias, preliminares com o Deputado Florisvaldo Fier, que está hoje presente, e com o ex-companheiro do PT, Deputado Emerson Nerone. Há um requerimento do Deputado Valdir Rossoni, promovendo um desagravo, uma nota de repúdio ao Governador, pela forma como se referiu a duas pessoas da sociedade, em especial o Presidente das Orga-

nizações Globo do Paraná, Dr. Francisco Cunha Pereira, e ao Presidente Diretor do Jornal o Estado do Paraná e da Rádio e Televisão do SBT, do canal 4, o Sr. Paulo Pimentel.

Quero dizer aos senhores que já vim aqui nesta tribuna reclamar da imprensa, quando assisti que a imprensa não permitia a expressão do contraditório na sociedade em que vivemos. Assisti diversas vezes, em rádio e televisão, os jornalistas perguntarem sobre algum fato político acontecido no Estado do Paraná, ao Sr. Rafael Greca, ao Sr. Giovanni Gionedis, ao Sr. Gerson Guelman, e até para o Governador do Estado do Paraná, a sua opinião sobre um fato político, e por duas horas os comentaristas de rádio e televisão, especialmente o rádio naquela ocasião, tecendo inúmeros comentários a respeito da opinião dos membros do Governo. Estranhei, porque após escutar estas questões, não percebi que a empresa emissora estaria dando oportunidade para o outro lado manifestar a sua opinião, a respeito do mesmo assunto.

Então, ficou claro uma impropriedade por parte do veículo de comunicação, que deve primar, antes de tudo, pela busca da verdade. E a busca da verdade, em uma sociedade dividida, em uma sociedade que tem múltiplas visões, em uma sociedade que é dividida em classes, em uma sociedade que tem várias interpretações da vida, várias interpretações de como o Governo deve agir.

Os instrumentos de comunicação do nosso Estado, da nossa sociedade, devem sim, procurar a verdade, e para isto, Deputado Luiz Carlos Martins, Vossa Excelência que é um homem de rádio, tenho certeza de que concorda comigo, um dos princípios basilares da comunicação numa sociedade democrática é a possibilidade do estabelecimento do contraditório. Acho que o Senador Roberto Requião, sentiu-se neste tempo todo, pelo não oferecimento desta oportunidade, em poder manifestar as suas opiniões para o Estado do Paraná, à nossa população, ele tinha todo o direito de proceder determinadas críticas e determinadas observações, para que o rumo fosse corrigido por determinadas empresas de comunicação do nosso Estado. Mas, acho que ele errou, na forma como fez essas críticas no horário de rádio e de televisão, utilizado na última segunda-feira.

Por isto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Valdir Rossoni, talvez não acompanhe, Vossa Excelência, o seu requerimento. Não em função aos problemas relativos à crí-

tica das duas pessoas nominadas, em especial o Sr. Francisco Cunha Pereira, e ao Sr. Paulo Pimentel, muito mais pela justificativa que está posta em seu requerimento. Queremos dizer, que também não faríamos as críticas da forma como o ex-Governador o fez às empresas de comunicação, em especial aos seus proprietários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de registrar a presença do sub-Prefeito do Distrito de Lerroville, de Londrina, Devonete Rodrigues de Araújo; do Vereador Denilson Leandro, do Município de Assaí; e da Liderança Comunitária Raul Goto.

Sr. Presidente, nestes dois dias após o programa do horário gratuito do PMDB, onde tivemos a fala, sempre firme, inconfundível do ex-Governador Roberto Requião, houve desdobramentos nesta Casa, e com certeza, eles acompanharão este ano pré-eleitoral. As críticas feitas pelo ex-Governador Roberto Requião, como sempre não são meias críticas. E, quando ele coloca o dedo no problema, coloca com uma determinação conhecida por poucos políticos.

No entanto, concordamos, e falo em nome do PSDB, concordamos com as críticas que dirige ao Governo do Estado; concordamos, com relação ao norte que o Governo imprime a sua administração, concordamos com relação aos interesses que o Governo premia. Mas, no entanto, não podemos concordar quando atingem pessoas que não estavam na lida desta questão. Daí, Sr. Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, mesmo discordando da crítica do ex-Governador Roberto Requião, aos veículos de comunicação, especialmente a Rede Paranaense de Televisão e ao Sistema Brasileiro de Televisão, não poderíamos concordar em votar com o requerimento. E por isso, com certeza, eu este Deputado e o Deputado Sérgio Spada, haveremos de abster-nos, Sr. Presidente.

Depois da fala de ontem, do Romaneli, do Líder do Governo Valdir Rossoni, Deputado Horácio Rodrigues, por que também é um chará muito honrado ao Paraná, o que fundou, o que constituiu neste Estado, especialmente no Norte do Paraná, a maior empresa que conhecemos, e estes dias, até para uma pes-

quisa aqui na capital, foi situada entre a terceira empresa mais conhecida do nosso Estado, que é a Café Solúvel de Londrina.

Por isso, o engano honroso, com certeza a Vossa Excelência, trocando o seu nome.

O Sr. Horácio Rodrigues - Muito me honra, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Obrigado.

Mas hoje, quando ouvimos a fala do Horácio Rodrigues, e ontem a fala ponderada, inteligente do Deputado Péricles Mello, só resta registrar, e acho que com muita propriedade, e fujindo, inclusive, a esta questão, a presença entre nós, do Papa. Homem que veio representando toda a comunidade católica mundial, e que encontrou entre nós, com certeza, uma excelente recepção, e deixou aqui, momentos inesquecíveis a todos nós, e para toda a comunidade católica brasileira.

Não podíamos deixar de registrar esta postura que colocou a sociedade brasileira, inclusive, questionando o Governo, questionando a sociedade nas questões que são mais caras, que é justamente a da injustiça que se comete contra os nossos co-irmãos.

E por falar em injustiça, Sr. Presidente, tenho recebido há dias, reclamos das APAEs do Paraná, no sentido de ver passado o convênio de continuação, convênio este que permite as APAEs custear grande parte das suas despesas, do seu custeio junto a grande rede de escolas, e sobretudo ao número elevado de irmãos nossos que ela assiste. E buscando oferecer uma solução, procuramos a Coordenadoria do Serviço Nacional, e lá encontramos uma afirmação, que com certeza o Deputado Valdir Rossoni deverá ter em breve uma resposta, porque antes de vir aqui fazer este relato, participei.

Trata-se do atraso do mês de julho, de agosto e de setembro, das APAEs. As APAEs do Paraná recebem pouco menos de 1 milhão de reais por mês, e esses recursos, o último a ser recebido foi no mês de junho. E em Brasília obtive a informação de que falta tão somente, única e exclusivamente, a prestação de contas por parte do Governo do Estado, para que esse recurso possa ser liberado às APAEs. APAEs estas que estão pagando juros altos para poder custear as suas folhas de pagamento e aqui tenho o número das ordens bancárias que estão à disposição do Governo do Estado, em Brasília. Do mês de julho, a ordem bancária é nº 600,

emitida no dia 12/09 do corrente ano, no valor de 900 mil 964 reais. A ordem nº 630, referente ao mês de agosto, no dia 23 de setembro, é do mesmo valor, e a ordem nº 689, emitida em 3 de outubro, referente ao mês de setembro. São 2 milhões e 700 mil reais, que têm direito as APAEs do Estado do Paraná, e que estão parados esses recursos, carecendo de uma prestação de contas.

Tivemos recentemente a questão da prestação de contas do Governo do Estado, para que pudessem ser liberados os financiamentos, e hoje temos também neste momento, a solicitação da prestação de contas, por parte do Governo, para que as APAEs, instituições filantrópicas, possam receber os recursos.

O Sr. Valdir Rossoni - Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Estou no Pequeno Expediente. Se o Deputado Anibal Khury, Presidente, conceder, entendo esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já terminou o seu horário. Acho que o Deputado poderá responder no Horário da Liderança do Governo.

A Mesa anuncia a presença dos Vereadores de Moreira Sales, Oswaldo e Otacílio, a convite do Deputado Nelson Garcia.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna hoje, é lembrar à Casa um acontecimento inédito, não no Paraná e não no Brasil, mas sim no mundo, ocorrido nos últimos dias, mais precisamente na Região Oeste do Estado, onde aconteceram os Jogos Mundiais da Natureza.

O Governador do Paraná, quando assumiu os destinos do Estado do Paraná, disse que iria transformar o nosso Estado, nos mais diversos setores. Procurou - e entendo desta forma - nos primeiros anos, mudar o perfil econômico do nosso Estado, atrair para o Paraná os grandes investimentos, por muitos condenado. As mesmas pessoas que o condenam, ou que condenaram o Governador Jaime Lerner, na época da implantação, e até hoje o condenam, com certeza, num futuro não muito dis-

tante, haverão de enaltecer o trabalho que tem feito em favor do desenvolvimento do nosso Estado.

Sabemos que as indústrias que vieram, não geram só empregos. Elas geram riquezas. Gerando riquezas, automaticamente estarão contribuindo também com o fortalecimento financeiro dos nossos municípios e também do nosso Estado.

O Governador disse que iria transformar o Estado do Paraná no setor viário, privatizou as rodovias, estadualizou, num primeiro momento, e depois privatizou. O anel da integração, praticamente já é uma realidade em nosso Estado. O Oeste do Paraná é a região que represento, com outros Deputados, aqui, sofremos muito, nas mais diversas áreas, quando se construiu Itaipu. Perdemos terra, gente foi embora, municípios perderam população, e caiu a sua receita. A insegurança era constante.

O Governador do Paraná disse que ia criar o Projeto Costa Oeste para nosso Estado. Muitos opositores ao Governador Jaime Lerner diziam que o Projeto Costa Oeste seria mais um desenho do Governador. Logo após, quando o Governo assumiu, e as Secretarias, envolvidas no Projeto Costa Oeste, anunciou-se a disputa dos Jogos Mundiais da Natureza.

E aí, abrimos um parênteses: o mundo inteiro disputa, nas mais diversas modalidades, e procura difundir o esporte. Nunca ninguém lembrou de um dia instituir os Jogos da Natureza. Precisava assumir o Governo do Paraná, precisava um homem chamado Jaime Lerner, ter essa idéia e criá-lo. Não só os Jogos da Natureza, mas os Jogos Mundiais da Natureza.

E quando falo em Jogos Mundiais da Natureza, que por muitos críticos são condenados, inclusive pelo ex-Governador Roberto Requião, que na última segunda-feira, fez menção no programa do PMDB, que o Governo Jaime Lerner estava brincando com o Oeste do Paraná. Que o Governo do Paraná estava gastando vultuosas notas de dinheiro em poucos atletas, para se divertir no nosso Estado.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendo, não sabemos o valor dos Jogos Mundiais, mas, com toda certeza, foi a forma mais barata que um governo, até hoje, encontrou para divulgar o seu Estado num projeto. Os Jogos Mundiais da Natureza não é só disputar 13 modalidades que foram disputadas. Mas eles têm um significado muito mais longe, como o próprio Governador tem. Precisava um homem pú-

blico chamado Jaime Lerner ter uma visão estratégica de transformar o Oeste do Paraná num grande pólo turístico do Estado do Paraná e do Brasil. O Projeto Costa Oeste, tenho certeza, que os investidores da iniciativa privada haverão de fazer grandes investimentos em nossa região.

Ora, para você disputar os Jogos Mundiais da Natureza, se faz necessário colocar a infra-estrutura à disposição dos atletas que lá estiveram. E se cumpriu as bases de apoio para esses atletas de Guaíra, de Marechal Cândido Rondon, de Santa Helena, de Itaipulândia, de Foz do Iguaçu. Além dessas bases, foram construídos distritos turísticos, que já existiam, mas com melhor infra-estrutura. E todos os municípios envolvidos, de uma ou de outra forma no Oeste do Paraná, só têm a agradecer ao Governador do Estado do Paraná, por esta iniciativa. E tenho tomado conhecimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as pessoas que residem nesses 15 municípios lindeiros, do lado do Paraná, porque temos também no Mato Grosso, temos o vizinho país do Paraguai, informações nos dão conta de que mais de 90% aprovaram os Jogos Mundiais da Natureza.

E vou um pouco mais além. As bases, Srs. Deputados, e é bom que o ex-Governador Roberto Requião saiba disso, das 6 bases construídas, 4 bases foram construídas em municípios aonde, cujos Prefeitos são adversários políticos do Governador do Paraná.

Ora, se o Governador do Paraná, através da sua equipe técnica, teve essa idéia, Deputado Sérgio Spada, Vossa Excelência é daquele lugar, de disputar, de divulgar, difundir não só o esporte, mas divulgar a nossa região para a iniciativa privada, para que lá possamos transformar, como o próprio Governador diz, num grande pólo turístico, não podemos nos calar diante de acusações inverídicas e infundadas, porque a comunidade e o Paraná ganharam muito.

Concedo o aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Deputado Élio Rusch, falo agora como cidadão iguaçuense, como cidadão, como Presidente da Comissão de Turismo na Assembleia Legislativa, e que, como tal, acompanhou de perto, com muito interesse e muita preocupação, inclusive, sobre essa questão tão divulgada a nível nacional, internacional, os Jogos Mundiais da Natureza.

Quero deixar patenteado aqui, os meus aplausos ao Governador Jaime Lerner, pela iniciativa. Na verdade, o turismo é uma indústria que movimenta bilhões, aliás, trilhões de dólares no mundo, é a economia que mais cresce no planeta, é a responsável pela geração de mais de 120 milhões de empregos e arrecada, somente de impostos, mais de 800 bilhões de dólares, e o Paraná, e a nossa região em especial, tem que enxergar essa realidade com clareza, até porque o desenvolvimento do Estado do Paraná e da nossa região dependem muito da exploração, de forma competente e inteligente, do potencial turístico que lá temos.

Estive lá, como estiveram diversos Parlamentares, na abertura dos Jogos Mundiais da Natureza, prestigiados pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, pelo Presidente do vizinho país, o Paraguai; pelo Ministro do Esporte, nosso consagrado Pelé; Ministro do Meio Ambiente e outros Ministros, inclusive Reinhold Stephanes, Ministro do Estado do Paraná, servindo o Governo Federal, e não poderia haver espetáculo mais digno das nossas Cataratas e da nossa região, do que aquele que apreciamos naquele dia, sendo transmitido para o Brasil e para o mundo.

Sabemos o quanto precisamos de investimento, principalmente em termos de mídia, principalmente em termos de divulgação das potencialidades, das coisas positivas que temos naquela região.

Diríamos que os Jogos da Natureza não foram a perfeição, na primeira edição, mas foi dada a largada para um processo que acredito, e quero crer que seja irreversível, de que nos próximos jogos, com maior perfeição, com maior organização, mais antecipação sobretudo, principalmente na confecção das obras, tenhamos, nos Jogos Mundiais da Natureza, um fator de desenvolvimento sócio-econômico turístico da nossa região, conseqüentemente de todo o Estado do Paraná e também do nosso Brasil. Os Jogos Mundiais da Natureza trouxeram sim, benefícios, e não poucos, para os municípios da região, para toda Costa Oeste, para o Estado do Paraná.

Parabéns pelo seu pronunciamento, e esta atitude, deixando as questões partidárias e políticas de lado, merecem ser reconhecidas e louvadas.

O SR. ÉLIO RUSCH - Obrigado, Deputado Sérgio Spada.

Só para ter uma idéia, acho que o sucesso dos Jogos Mundiais da Natureza

está garantido. Se não tivéssemos esta garantia, jamais o COI, que é o Comitê Olímpico Internacional, teria reconhecido e já reconheceu, e com todas as possibilidades, para o ano 2001, será o grande organizador desses jogos, não mais só o Governo do Paraná, mas sim o próprio COI.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre

Deputado, escuto o seu pronunciamento, palavras que vêm demonstrando, contando e analisando tudo aquilo que aconteceu na região a qual o senhor representa, o senhor, Deputado Sérgio Spada, que aqui fez algumas colocações e da importância que foram esses Jogos Mundiais da Natureza para o Estado do Paraná. Onde investimentos foram feitos, para poder dar possibilidade para que várias modalidades de esportes ali fossem feitas, e automaticamente times, países contrários, ali disputaram algumas modalidades.

Mas, o grande resultado de tudo isso, está na questão do investimento que foi feito de divulgação de toda aquela região. Uma divulgação mostrando para o mundo o potencial turístico que tem Foz do Iguaçu, os municípios que ficam à margem do Lago de Itaipu.

Posso lhe dizer que isso vai fazer com que resultados econômicos e financeiros e riquezas sejam geradas para todos aqueles municípios que compõem aquela região.

Parabéns ao Governador Jaime Lerner, por idealizar uma tão importante maneira de colocar o Estado do Paraná, Foz do Iguaçu, os municípios daquela região, na vitrine de outros países, e de todo o mundo, fazendo com que o turismo venha até essa região, que o turista venha visitar essa região, e outros jogos futuros também, fazendo com que riquezas sejam geradas naqueles municípios, os quais representam o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O Sr. Nelson Tureck - Quero somar-me ao seu pronunciamento, pronunciamento à altura do progresso e do futuro do Estado do Paraná, quando você falou da Costa Oeste, quando você falou dos programas do Governador, e não só da Costa Oeste, daquilo que vemos hoje, a importância para o Paraná, para o Brasil. Teremos aí um projeto de futuro, onde o mundo inteiro vai vir para o Brasil, e onde vai trazer divisas.

Temos um outro projeto do Governador Jaime Lerner, não só o pólo do turismo, que abrange a Costa Oeste,

Foz do Iguaçu, mas também o pólo da indústria do couro, que é em Apucarana. Temos o pólo, também, da erva-mate e da madeira, em Guarapuava. E temos, também, o pólo do Centro Atacadista de Maringá, e agora, criado recentemente pelo Governador Jaime Lerner, o pólo da indústria alimentícia, que é o Município de Campo Mourão e região, para que nós do Paraná, não fiquemos comprando alimentos de São Paulo, do Rio Grande, Santa Catarina. Queremos industrializar o alimento no Paraná, e aí teremos um Estado forte, independente.

Quero somar-me com suas palavras, Deputado, e aqueles que criticam o projeto de industrialização, os pólos regionais, de um Paraná novo, são aqueles que têm a "síndrome de Caim", da inveja, da incompetência, daqueles que não souberam tratar com respeito o povo do Paraná.

Temos um horizonte, uma nova visão de futuro para os nossos filhos, para essa bandeira que todos amamos.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. ÉLIO RUSCH - O grande desafio na disputa dos Jogos Mundiais da Natureza, não foi a vitória, mas o desafio foi superar os limites da própria natureza. Esse foi o grande desafio de todos os atletas que lá estiveram, e o Governador do Paraná, através da Secretaria de Esporte e Turismo, foi mais além, entendeu que com a construção dessas bases, com a infraestrutura colocada à disposição para as modalidades que foram idealizadas através desses jogos, não poderia ser apenas uma disputa de 4 em 4 anos. Já se pensa para o ano de 1998, nos Jogos Americanos da Natureza; já se pensa, em 1999, nos Jogos do MERCOSUL; no ano 2000, já se pensa nos Jogos da Natureza Brasileiros; e no ano 2001, mais uma vez os Jogos Mundiais da Natureza.

Entendo que é desta forma que podemos transformar o Estado do Paraná e atrair para o nosso Estado os investimentos, que num passado não muito distante, não aconteceram.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Élio Rusch, vejo o seu pronunciamento com grande alegria, e também quero aproveitar para dar o meu testemunho, de uma visita que fiz ao Município de Guaíra. Estive lá 15 dias, antes do início dos Jogos Mundiais da Natureza, e não encontrei vaga nos hotéis de Guaíra. Isto não acontecia a aproxima-

damente 10 anos. Depois que o Município de Guaíra perdeu as maravilhas das Sete Quedas, não se tinha mais lotação nos hotéis, como se obteve antes mesmo de se iniciarem os Jogos Mundiais da Natureza.

E, um fato também muito importante para o Paraná e para o Governo Jaime Lerner, e diga-se de passagem, de uma forma totalmente diferente, é a construção de uma ponte que liga o Paraná ao Mato Grosso. Esta ponte, que muitos prometeram, que muitos fizeram comícios em praça pública, jurando para o povo de Guaíra e daquela região, que seria terminada aquela importante obra.

Para minha satisfação, há 15 dias atrás, vi novamente o sorriso da população de Guaíra, primeiro, vendo o movimento na sua cidade; segundo, vendo o seu maior objetivo sendo alcançado, que é o término da ponte de Guaíra, aonde todos teremos oportunidade de inaugurar, junto com o Governador Jaime Lerner, aquela ponte tão falada, tão prometida, e que neste momento, na hora que se encerram os Jogos Mundiais da Natureza, que foi um sucesso, 840 canais de televisão mostraram para o mundo o Brasil, o Paraná, a Costa Oeste. Isto é um fato importante, e que não tem dinheiro que pague na divulgação, na atração do turismo, porque todos sabemos que a maior indústria do mundo, hoje, é a indústria do turismo, é a indústria sem chaminé.

Quis dar este depoimento, porque senti a alegria das autoridades, do Prefeito, da vice-Prefeita, dos Vereadores, da população vendo aquela cidade renascer, e tendo a possibilidade de ter um futuro.

O SR. ÉLIO RUSCH - Deputado Valdir Rossoni, só para que Vossa Excelência possa ter uma idéia, quando se formou o Lago de Itaipu, em 1982, e mesmo antes ainda, quando a Itaipu Binacional começou a desapropriar as áreas, as terras nessa região, tinham aqueles políticos mais pessimistas, que pediram até a indenização de municípios inteiros, e até povoados, distritos, como é o caso de Marechal Cândido Rondon. Fez-se várias reuniões para que o Estado, para que a Itaipu desapropriasse todo o Distrito de Porto Mendes. Hoje, o Distrito de Porto Mendes, em Marechal Cândido Rondon, é um dos distritos mais promissores, um município que renasceu novamente, agora com este investimento que o Governo do Paraná está fazendo na nossa região.

Esta alegria, Deputado Valdir Rossoni, estava estampada no rosto do Prefeito Manoel Kuba, e da vice-Prefeita, de todos os Vereadores, se registrou em todos os municípios que têm base e que não tiveram base, e não só nos administradores, nos homens públicos, mas sim na comunidade dos 15 municípios, e não só nesses, mas de toda a Região Oeste do Paraná, porque parece que todo o Oeste renasceu.

Temos outros desafios pela frente, temos o MERCOSUL. E o Oeste do Paraná e o Paraná devem ser a porta de entrada do MERCOSUL. É isto que precisamos, é este caminho que os governantes devem encontrar. E o Governador Jaime Lerner encontrou exatamente, devolveu para a nossa região a alegria, a certeza dessa comunidade, Deputado Ângelo Vanhoni, que o Governo está no caminho certo para a transformação do nosso Estado.

O Sr. Hidekazu Takayama - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Estava ouvindo, atentamente, a sua fala, Deputado Élio, e tenho também acompanhado os acontecimentos da Costa Oeste, todo este empreendimento dos Jogos Mundiais da Natureza.

Recebi, esta semana, telefonema dos Estados Unidos, parentes nossos que estão lá, embriagados, felizes em poder ver o nosso Paraná nas telas da América do Norte, a maneira como está sendo divulgado o nosso Estado, através desses Jogos Mundiais da Natureza. Algumas pessoas, lá, têm comentado quanta beleza temos aqui no Paraná, sem que isso seja melhor explorado turisticamente.

Tudo isto é resultado de um Governador que possui uma visão ampla sobre como fazer divulgar, de uma forma inteligente, todo um trabalho. É evidente que isto vem gerar também inúmeros dividendos para a nossa economia paranaense, porque isto, já recebi informações daquela região dos Estados Unidos, mais especificamente na região de Boston, Nova Iorque, que várias pessoas querem vir conhecer este complexo turístico, que é toda esta região, porque não imaginavam eles que depois das Sete Quedas serem destruídas, que este lugar manteria tanta beleza.

Estive também em Guaíra, não tenho a felicidade de ser parente da Prefeita de Guaíra, mas sabemos, estivemos conversando com lideranças políticas da região, e percebemos que em toda a cidade há o reflexo de todo

este trabalho, em toda a região, que tenho certeza, vai provocar um crescimento econômico muito grande, região que estava esquecida pelas nossas autoridades por tanto tempo, e que não se via uma perspectiva de melhora ou de investimentos, ou de crescimento econômico. Agora vemos, através desta forma inteligente com que o Governador veio investir neste trabalho dos Jogos Mundiais da Natureza.

Se não bastasse a grande divulgação que isto trouxe ao Paraná, também vem trazer inúmeros dividendos a toda a região que merece todo o nosso apoio.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O Sr. Júlio Ando - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Élio.

Tenho acompanhado atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, acho que foi muito feliz, e me somo, porque o evento dos Jogos Mundiais da Natureza não poderia ter encerrado sem um destaque especial que Vossa Excelência está dando, nesta tribuna, nesta tarde, para que realmente marque e fique registrado neste Legislativo, a importância deste evento promovido pelo Governo do Estado do Paraná.

Temos feito comparações entre os pronunciamentos do Senador Roberto Requião, Deputado, e comparando também com as posições tomadas pelo Governador Jaime Lerner, e o que chegamos à conclusão é que o Senador Roberto Requião mantém uma visão milimétrica do que está acontecendo no Paraná; quando o Governador Jaime Lerner, mantém uma visão, na verdade, quilométrica, vendo muito mais o futuro do que o dia de hoje.

Então, estes comparativos, as abordagens feitas pelo Senador Roberto Requião, são abordagens truncadas, de falta de uma visão futura, como tem o nosso Governador Jaime Lerner.

Por isto que estou somando com Vossa Excelência, aliás, gostaria de aproveitar, Deputado, de destacar o pronunciamento do Deputado Vanhoni, que pela primeira vez vi no pronunciamento dele um momento de lucidez, quando defendeu o BANESTADO como instituição equilibrada, no nosso Governo do Estado do Paraná, e também o pronunciamento desse Deputado, Vanhoni, repudiando a colocação do Senador Requião, de uma maneira que o BANESTADO estaria quebrado.

Então, veja bem, dentro destas colocações, Deputado Rusch, que fazemos estas comparações, observamos atentamente, e o povo do Paraná saberá, com segurança, distinguir exatamente aquele que está pensando para o futuro, e aquele que está pensando somente para o dia de hoje.

Parabéns pelo seu pronunciamento, e também estou me somando com Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Deputado Edno Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo mais 2 minutos para Vossa Excelência.

O Sr. Edno Guimarães - Deputado Élio Rusch, queremos parabenizá-lo pelas informações que o senhor tem trazido a esta Casa. Quero dizer que, nós do Noroeste do Paraná, ficamos sem esse prêmio, esse projeto arrojado, o da Costa Oeste, do Governo Jaime Lerner.

Já falamos com o Governador, e estamos propondo, agora, a elevação do projeto de Foz do Iguaçu a Guaíra, existente, elevando Guaíra até o Município de Icaraima, onde está a ponte que liga o Mato Grosso do Sul a Porto Camargo. Esta é uma das nossas preocupações. A nossa preocupação, dessa região, para que seja atendido com igualdade, também o Noroeste do Paraná. Porque só o Governo Jaime Lerner, um homem inteligente como ele, poderia ter essa idéia, de fazer um projeto que movimentou não só o Paraná e o Brasil, mas o mundo todo está de olho neste projeto.

O senhor tem a felicidade de morar próximo de onde a sua região foi atendida com esse projeto, e queremos a colaboração sua e dos demais parceiros desta Casa de Leis, que nos ajudem, para que ampliemos este projeto até o Município de Icaraima.

Muito obrigado.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só para encerrar, infelizmente, o Deputado Orlando Pessuti fica para a próxima vez.

O Oeste do Paraná, Deputado Edno Guimarães, e a região que representamos com outros Deputados, sofremos muito desde a desapropriação, como já disse, das terras, depois do lago formado, vivemos na insegurança.

O lago foi formado em 82. Até 95, os nossos agricultores viviam inseguros.

ros. Saíram das suas propriedades rurais e foram morar na cidade. Os assaltos eram diariamente registrados, e não só levaram os bens dos nossos agricultores, como eles violentaram também os nossos agricultores. Mataram os nossos agricultores na própria propriedade, à noite, e não se tomou providências.

Em 95, o Governador Jaime Lerner mudou o Paraná, e mudou a segurança não só da nossa região, mas do Estado do Paraná. A nossa região, além de ter novamente a tranquilidade no setor da segurança, o Governador do Paraná instituiu no Oeste do Paraná, definitivamente sai o projeto do papel, e vai para a prática, para a implantação do Projeto Costa Oeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a voz livre do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O momento é de reflexão. Sentado, após o jantar, eis que entra em todas as redes de televisão, Sua Excelência o Senador Roberto Requião - homem que já foi Prefeito, que já foi Governador do Estado do Paraná, e um Senador que obteve uma votação extraordinária. Lembro que na sua campanha ele disse que pregava a campanha do bom samaritano. Não havia decalques, santinhos, e ele corria o Paraná inteiro, e fez aquela votação monstruosa, que parou o Estado do Paraná e parou até o Brasil.

Eu pensava que no horário do PMDB ia ouvir o Deputado Pessuti falar do municipalismo - Deputado Toti Colaço, meu particular amigo, defensor do municipalismo do Paraná, o Deputado Romanelli falando de habitação, que é um entendido nessa área, foi um excelente Secretário da Habitação - eis que entra o nosso Senador - nosso porque é do meu Estado do Paraná - pensava que ele iria falar das suas propostas no Congresso Federal, acreditava que ele iria dizer dos seus grandes projetos no Congresso maior, no Congresso mãe, no Congresso elementar, no Congresso que tem como a Constituição sagrada, ela que representa a independência e a liberdade, a dignidade humana dos valores da família brasileira do meu Estado. Mas, nada disso ouvi. Ouvi o ódio, o preconceito contra o Governo do meu Estado.

Senhores, corri no Romanelli, meu amigo, e falei: Romanelli, há necessi-

dade de uma assessoria para ajudar o nosso Senador, Vossa Excelência sabe. Falei com o Deputado Caíto: meu Deus, há necessidade de uma assessoria, um horário brilhante, hora que as famílias estão em casa. Há necessidade de uma assessoria, o Senador tem que falar aquilo que ele está fazendo no Congresso: o seu trabalho, a sua luta, não pregar o ódio, não pregar a desavença, não dizer que o Banco do Estado do Paraná está quebrado.

Parabenizo este querido amigo, Deputado Ângelo Vanhoni, que tem no seu sangue as raízes do senhor seu pai, que também deu muito ao Parlamentar do meu Estado. Admiro Vossa Excelência cada vez que vai àquele microfone - apesar deste concreto segurar a nossa voz - defender, Deputado Ângelo Vanhoni, o Banco do Estado do Paraná, que é uma instituição séria, senhores.

O Senador Roberto Requião jamais poderia ir à televisão e agredir os funcionários, a direção do Banco do Estado do Paraná, instituição sólida, de credibilidade.

Quando assumi o meu primeiro mandato, defendia o BANESTADO. Na administração de Roberto Requião, quando saíram aqueles escândalos envolvendo o Dr. Wallace, eu ia para a televisão e defendia, com unhas e garras, o Banco do Estado. Sentávamos, do lado de cá, eu e o Deputado Valdir, éramos uma oposição pequena, e do lado de lá era um massacre total. Hoje, do lado de cá é um massacre total. Do lado de lá... o Deputado Pessuti sabe disso, sempre foi e sempre será a vida inteira.

Agora, não posso conceder que o Senador Roberto Requião, com todo o respeito - não estou aqui para agredir, para xingar. Não! Peço a Cristo, a Deus, que ilumine a cabeça desse jovem Senador, que ele não seja inimigo do meu Estado. Estado que não teve como berço, mas que vou tê-lo como túmulo. Que ele não seja inimigo dos funcionários do BANESTADO, porque o BANESTADO é hoje o Banco estatal de maior credibilidade da história da economia brasileira. Entre 200 Bancos, Deputado Valdir Rossoni, o BANESTADO é o 15º entre todos. BRADESCO, Itaú, Banco do Brasil, Caixa, Lloyd e o diabo que tem de Bancos espalhados por este país.

Nunca vi um país com tanto Banco. É o 15º, Deputado Valdir, e o estatal que estava em 3º, já está em 1º, como Banco de maior credibilidade. Uma diretoria comandada pelo Presidente Manoel Garcia Side, filho de Celso Garcia Side, o pioneiro que abriu o Norte do Paraná, e criou a Viação Garcia,

uma das maiores empresas de transporte deste País. Um homem sério, decente, honrado, acima de qualquer suspeita. Uma diretoria idônea, onde está o filho do Presidente desta Casa, Ricardo Khury, filho do Deputado Anibal Khury, moço sério, simples, humano, decente, puxou o pai, porque o pai não é mascarado, tem a cara limpa, o Presidente desta Casa de Leis.

Uma diretoria formada por homens sérios e idôneos. Agora, não pode o Senador vir à televisão e dizer que o Banco está quebrado. Não! Não pode o Senador agredir um homem puro, um homem que aprendi a conhecer, aprendi a admirar, não sou capacho dele. Nunca fui ao Jornal dele para aparecer na primeira página, abraçado ao Dr. Francisco Cunha Pereira. Encontro ele nas ruas, cumprimentamo-nos com respeito: "meu amigo Alborghetti, você nunca foi ao meu Jornal". Mas para que vou lá? Não quero aparecer em fotografias, não gosto dessas coisas. Não gosto de homenagens, não gosto de nada disso. Mas gosto do homem de televisão Francisco Cunha Pereira, gosto do meu querido Diretor Abdo Kudry, que é o Presidente do Sindicato que está defendendo este projeto maquiavélico, assassino, canalha e absurdo, que vai tampar a boca da minha classe, e no Brasil, os jornalistas.

Defendo, sim, por que não? É meu amigo, Dr. Paulo Pimentel. Que mal fez o Paulo Pimentel? Ele tem uma Rede de Televisão, aqui no Paraná. Sempre que vou lá, converso com ele, trocamos idéias, mas quando ele vem com aquela máquina, digo: "pare, não quero este negócio, não quero sair em lugar nenhum. Vim aqui para tomar um café, levar um 'lero', e depois vou embora". É meu amigo. Foi candidato ao Senado

Apresentei Paulo Pimentel, e apresentei este homem que está sentado aí na Presidência. Eu, Alborghetti, fui empregado do Deputado Anibal Khury, quando Anibal Khury era candidato a Deputado Estadual. Quem o apresentava para o Paraná, nos palanques, era eu. Quem apresentava o Paulo Pimentel, na campanha contra o inesquecível e imortal Bento Munhoz da Rocha Neto, campanha dura, Deputado Anibal, mas ganhamos as eleições. Quem apresentava os grandes políticos deste Estado era eu. Apresentei o Deputado José Tavares, no antigo MDB. Apresentei Ulisses Guimarães, correndo o Paraná inteiro.

Hoje, sou Deputado, e com galhardia, Deputado cara limpa. Estou em um Parlamento de Deputados que têm a cara limpa. Onde tem uma mulher cara limpa,

preparando um Seminário para as mulheres do Estado do Paraná.

Senhores, é um desabafo. Espero, Deputado Valdir Rossoni, aprovar este requerimento, sim. Aprovado e não retirado, porque não vejo no senhor a face da covardia. Vejo no senhor a face da decência, da moral, da integridade. E quero que este Parlamento defenda as instituições. Temos que defender esta Assembléia.

Como o Deputado Pessuti trouxe Minas Gerais aqui estes dias, e me envaidece quando vejo um Deputado lutando pelo Parlamento do Paraná. Defendo Vossa Excelência, quantas vezes forem necessárias, porque Vossa Excelência defende o Parlamento deste Estado, e com muito orgulho, Vossa Excelência, que já presidiu esta Casa, que este é o melhor Parlamento do Brasil. Desafio o Parlamento mais produtivo da história das Assembléias Legislativas deste país.

Deputado Horácio Rodrigues, o senhor voltará, sim. Por que não? Muito pessimista o senhor! Precisamos de pessoas e Deputados que tenham vergonha na cara, de Deputados com caráter. Isto aqui é democracia. Este Parlamento é democrático. Temos aqui, que defender os nossos sonhos e os nossos ideais, mesmo que eles fiquem presos nesta madeira. Se você arrancar esta madeira, atrás delas está o concreto.

Espero que o próximo programa do PMDB abra espaço para os Deputados do PMDB desta Casa, e que o Senador volte, não para desagregar, não para o preconceito, para com o ódio contra a imprensa do meu Estado, contra o Poder Judiciário, contra o Ministério Público, contra a OAB, contra a professora, contra quem quer que seja, temos que pregar a esperança no horário político do Tribunal Regional Eleitoral, pregar geração de emprego, pregar saúde, pregar educação, pregar propostas que vão de encontro às famílias brasileiras do meu Estado, aos filhos do meu Estado, aos esquecidos e abandonados do meu Estado.

E, digo aos senhores, o BANESTADO é o Banco estatal de maior credibilidade neste país. E digo aos senhores, Dr. Paulo Pimentel, Dr. Francisco Cunha Pereira, Dr. Joel Malucelli, Dr. Leonardo P., todas as Redes de Televisão são honestas, todos os jornais deste Estado são honestos. É uma imprensa séria, com analistas políticos sérios. É só você pegar os jornais, ver a coluna do Mazza, da Roseli, da Beth, do Fábio Campana, todos os analistas, do Professor Alexandre Castro, todos se expressam, os analistas polí-

ticos que frequentam esta Casa sem bajulação, porque não devo nada a eles, e eles não devem nada a mim. Você analisa, inclusive, a outra coluna política da Gazeta, que é comandada por um rapaz alto, esguio, de óculos, que não lembro o nome dele, está sempre na Casa.

Então, acho que toda essa imprensa tem o direito de dizer o que pensa, analisar o que pensa. Espero que este Senador não pregue mais a discórdia, não pregue mais o ódio, não pregue mais o desamor da família paranaense. Que ele, quando voltar à televisão, pregue paz, amor e tranquilidade de espírito. Oxalá, Deputado Valdir Rossoni, Deus ilumine a cabeça, Cristo que habita na minha alma, ilumine a cabeça do Senador Requião, para que ele entenda que o Paraná é um Estado de paz, é um Estado de trabalho.

Temos o melhor Banco estatal do Brasil, e temos os melhores órgãos de imprensa, que não devem nada! Nada à imprensa fora deste Estado. Oxalá, quando ele voltar, que ele volte sem o Satanás. Com Jesus Cristo do lado, para pregar a paz, o amor, falar das coisas boas que o Romanelli fez. Falar das coisas lindas que tem este Paraná, que o Ney já fez, que o Álvaro fez, que ele fez, e que o Governador, o meu Governador está fazendo.

Entendeu, Deputado Élio Rusch. Precisamos é de paz.

Aliás, só para encerrar, tive uma alegria hoje, Romanelli. O Senador Osmar Dias apareceu em todas as televisões, e disse o seguinte: "vai pedir a todos os Estados que abram agora os contratos das montadoras". Com humildade, ele diz: "vou pedir a todos os Estados, para que o Paraná, também participe. Quero fazer todos os Governadores, eles têm que abrir, e o Paraná também". Daí concordo.

Então, esta foi uma vitória do meu Governo, do Governo Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O Sr. José Tavares - Sr. Presidente, Vossa Excelência me concede a palavra, para eu fazer uma declaração?

(Assentimento)

Obrigado.

Queria apenas registrar, Sr. Presidente, meu voto favorável a este requerimento de desagravo às figuras do Dr. Francisco da Cunha Pereira e ao Dr. Paulo Pimentel.

Era esta a manifestação que gostaria de fazer, já que por ocasião da votação do requerimento não estarei

presente, em razão deste compromisso pessoal a que me referi há pouco.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do vice-Prefeito de Marechal Cândido Rondon.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrada.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Serei rápido. Quero me reportar ao Deputado José Maria Ferreira, de que tenho os esclarecimentos que ele trouxe a esta Casa, hoje, e que não existe nenhuma falta de prestação de contas do Governo do Paraná sobre essa questão. Tenho todos os esclarecimentos, e farei os esclarecimentos na segunda-feira.

Ouvi o pronunciamento do Deputado Alborghetti. Quero cumprimentá-lo. Vossa Excelência me comoveu um pouco no final do seu pronunciamento, quando se referiu ao ilustre Senador Osmar Dias. Viria a esta tribuna, hoje, para falar sobre a questão que considero gravíssima, de uma atitude do Senador Osmar Dias, quando se referiu a esta Casa, em jornais desta capital, na semana passada.

Deixo marcado o meu pronunciamento e gostaria que os ilustres Parlamentares, como fez o Deputado Alborghetti, ouvissem o meu pronunciamento, porque a atitude do Senador Osmar Dias foi agressiva a esta Casa.

Quero felicitar o ilustre Senador pela atitude coerente, que não vai ser o assunto do meu pronunciamento na segunda-feira, por querer que todos os Estados mostrem os protocolos das montadoras. Foi sempre o que o nosso Governador pediu, que todos os Estados tivessem o mesmo tratamento. Nesse momento, o Senador Osmar Dias começa a falar a linguagem dos interesses do Paraná, mas na segunda-feira, volto a esta tribuna para falar sobre a questão de como ele se referiu aos Deputados do Paraná, no pronunciamento que fez.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só ocupo a tribuna para informá-los de que amanhã, às duas horas da tarde, no Plenarinho desta Casa, e os Srs. Deputados em seus gabinetes já devem ter recebido a visita de funcionários do Banco do Estado, do Presidente da Associação do Banco do Estado, do ex-gerente regional aqui de Curitiba, demais gerentes e representantes do corpo funcional do Banco do Estado, estarão se reunindo amanhã, e farão um debate a respeito do nosso Banco, e será constituído de um comitê suprapartidário em defesa do Banco do Estado.

Gostaria de contar com a maioria das bancadas presentes, e se possível, da maioria dos Deputados presentes, onde debaterão assuntos de interesse, não só dos funcionários do Banco, mas interessa a todos os cidadãos do Estado do Paraná.

É essa a informação e o apelo que faço, para que os Srs. Deputados estejam presentes, amanhã, no Plenarinho, às duas horas da tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de ter ouvido, aqui, uma gritaria - não do Deputado Alborghetti - mas estava lendo o Jornal Trovão Azul, do Suez Nogueira, e tem um quadrinho que diz: "nada de raiva. O tratamento contra a raiva é preventivo". Só que faz uma ressalva: "depois que a pessoa manifesta a doença, não há cura".

Uma pesquisa de telemarketing feita ontem, a pedido do Diretório Estadual do PMDB, retrata a ira e o sentimento que move muitos dos Parlamentares que se manifestaram. Porque a pretexto de desqualificar as graves denúncias que fez o Senador Requião, quer se transformar o episódio que todos vemos com restrição, o episódio com relação ao chamamento que fez o Senador Requião ao Governador Paulo Pimentel e ao jornalista Francisco da Cunha Pereira - que devem ser tratados de uma outra forma.

Mas, a pesquisa certamente retrata o porquê que o Palácio está tão irado. Porque, transmito aqui a Vossas Excelências, vou democratizar a informação: de 153 consultas que foram feitas pelo sistema de telemarketing, constatou-se que 79% tinham assistido o programa; 21%, não.

Achou que foi um bom programa? 76%, sim; 9%, não; e 16% não opinaram.

Os argumentos do Requião foram convincentes? 68%, sim; 16%, não; e 16% não opinaram.

Quais os fatos que lhe chamaram a atenção? 41 menções, oposição ao Lerner; 27, privilégios à Renault e montadoras; 21, apoio aos sem-terra; 6 aos professores; 5 ao BANESTADO; 4 à natureza, e 21 não lembram.

Estes dados, Excelência, são dados que certamente devem estar incomodando muito o Palácio do Governo. Porque as indagações que o Senador Requião fez, e fez algumas muito graves, são no sentido de que nós, paranaenses, todos, não podemos mais escamotear situações que são absolutamente urgentes. Ou não é urgente a situação financeira grave que vive o Estado. Ou não é verdadeiro que o Estado do Paraná encaminhou ao Banco Central um pedido de três e meio bilhões, que envolve todo o reescalonamento das dívidas públicas do Estado do Paraná. Que o Banco do Estado do Paraná, o nosso Banco, que é um Banco público, que é inalienável, está com um rombo estimado pelo próprio Governo do Estado, de um bilhão e novecentos milhões, e o Banco Central exige 950 milhões em capital, para conseguirmos manter este Banco.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é possível que todos possamos ter assistido, impassíveis, o desperdício do dinheiro público, que foi feito com os tais Jogos Mundiais da Natureza. Quem é que não deseja investimento na chamada Costa Oeste? Mas todos sabemos, o Governo, tenho os releases que a Secretaria de Comunicação Social distribuiu, foi o Governo que disse que gastou 75 milhões, aí, hoje leio um release que diz que foi só 31, o Governador diz que foi 12, ninguém sabe ao certo, tanto que a Bancada do PMDB, por iniciativa do líder Orlando Pessuti, está encaminhando um pedido de informações, para saber o seguinte: quanto é que foi que o Governo do Estado gastou com os Jogos Mundiais da Natureza, que envolve o Projeto Costa Oeste?

Será que isto também é como os protocolos da Renault, que são secretos? Será que é sigiloso o quanto que o Governo gastou, para trazer atletas de fora, gente que na verdade não contribui absolutamente em nada com Foz do Iguaçu, e com a região?

Eu gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de ver o Governo do Estado investir o dinheiro para industrializar Foz do Iguaçu, para gerar empre-

gos, porque vejo, aqui está o nosso vice-Prefeito de Marechal Cândido Rondon. Rondon tem um projeto, um programa de industrialização, geração de empregos, não adianta ficar soltando paraquedista, corrida de tartaruga, enfim, isto não é possível que possamos aceitar essa bobageira toda e ficarmos, na verdade, absolutamente impossíveis com isto. É fugir do eixo das questões que devem ser discutidas.

Não podemos, na verdade, Deputado Elío Rusch, não podemos aceitar mais, e esta Casa tem uma responsabilidade muito grande, porque a cada dia que passa, se agrava a situação de caixa deste Governo.

Já disse, e vou repetir: tenho estudado, na medida do possível, das informações que são públicas, a situação das finanças do nosso Estado, e são muito graves, são muito graves mesmo. Resta para o Governo, na verdade, um bilhão, se vender de uma vez todas as ações da nossa Companhia de Energia. Um bilhão de reais. Esse dinheiro não pode ser desperdiçado. Tenho convicção que, ou discutimos as verdadeiras questões deste Estado, que nos angustiam, que causa intranquilidade, e a questão do nosso Banco é seguramente uma das mais graves de todas, ou na verdade, é só pirotecnia, porque a realidade do dia-a-dia do caixa, do tesouro, tenho conversado com os técnicos, cada dia é um sufoco para conseguir tocar.

Só da Polícia Militar, o orçamento foi reduzido, mensalmente, para despesas opcionais de 2 milhões e 500 mil reais, para 900 mil. Já falta dinheiro para pagar o combustível dos veículos que servem aos Núcleos da Secretaria da Educação. São fatos muito graves, e não é, na verdade, com discursos históricos que esses problemas serão resolvidos.

Vossas Excelências, que são Deputados Estaduais, sabem muito bem a cobrança que estão tendo os municípios, porque os municípios paranaenses estão numa situação pré-falimentar. É difícil a situação, raríssimos serão os municípios que conseguirão pagar o 13º salário. Os municípios clamam por convênios, programas em parceria, para tocar à frente uma administração que, minimamente atenda aos interesses do nosso povo, que principalmente mora no interior do Estado, e Vossas Excelências, principalmente os Deputados da Bancada do Governo, têm nas costas a responsabilidade de levar obras, porque cada dia que chegam, no primeiro microfone que ele coloca a boca, Vossa Excelência, Deputado Valdir Rossoni,

tem que desfilar obras que Vossa Excelência está viabilizando para a sua região.

Por isso, que fique aqui o alerta, o alerta que o Senador Requião, um homem público que tem importância política e significava alguém que governou o Paraná com extrema cautela e competência, e faz um alerta extremamente grave ao Estado do Paraná.

Todos nós, tenho certeza absoluta...

(Ausência de som)

...aquelas que envolvem o mau uso do dinheiro público.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Recebemos a visita do Prefeito Francisco Dantas, e São Pedro do Iguaçu, e do vice-Prefeito Renato C., de Marechal Cândido Rondon.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não quero briga com ninguém. Só quero amizade, quero cumprimentar, aqui, recebendo o Presidente da Câmara de Moreira Salles. O senhor já falou do Vereador Osvaldo, do Vereador Otacílio e do Presidente da Câmara, também, o Messias está presente. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero agradecer o registro que Vossa Excelência fez, e aproveitar para solicitar ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pergunte ao vice-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, conforme as suas palavras, foi seu eleitor, se Marechal Cândido Rondon gostou dos jogos ou não? Se os investimentos foram bem aplicados ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 061/97, subscrita pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei, objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar o pagamento de consumo de energia elétrica monofásica, dos consumidores cujas propriedades sejam predominantemente residenciais, da área urbana ou rural, cujo consumo, no mês, não seja superior a 30 Kwh. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução, de autoria dos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa. Há mensagem neste sentido, determina ao serviço auxiliar da Mesa que anexe o referido processo à mensagem, já aqui na Casa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Júlio Ando, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência, com base no Artigo 201 do Regimento Interno, abre prazo por 03 (três) dias, a partir de amanhã, dia 09 do corrente mês, para oferecimento de emendas subscritas da forma da Constituição, a proposta de Emenda à Constituição nº 12/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que dá redação a alínea do Artigo 103 da Constituição do Estado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/97, de autoria do Deputado Hi-dekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Grêmio de Radioamadores

da Rodada Trem das Onze. **Aprovado.**
(Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/97, de autoria do Deputado Ademir Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Marmeleiro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, que cria o Escritório Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, no Município de Toledo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Paranavaí. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a CIVASP - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Paranapanema, com sede e foro no Município de Colorado, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação Maria Mãe da Igreja - AMI, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 11.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 442/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Emerson Nerone, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Maria Mãe da Igreja - AMI, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada en-

contramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Volantes do Município de Marilândia do Sul - ATRUV, com sede e foro na Cidade de Marilândia do Sul - PR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147, de 16.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 458/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores Rurais Volantes de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/97, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Santa Amélia, mantenedora do Hospital Dona Vitória Pavan, com sede e foro no Município de Santa Amélia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147, de 16.09.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 467/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Santa Amélia, mantenedora do Hospital Dona Vitória Pavan, com sede e foro no Município de Santa Amélia, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 23.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 2247, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado por unanimidade.**

Requerimento nº 2245, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Srs. Deputados Ademar Traiano, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Vamos encaminhar contrário a este requerimento, porque entendemos não haver necessidade, já que a prática da Assembléia Legislativa, em matérias de grande importância, sempre foi a votação pelo sistema simbólico, já que nosso painel, por determinação desta Presidência e da anterior, e a pedido dos Srs. Deputados, não foi implantado de forma definitiva. Então, a votação simbólica tem sido a prática desta Casa. Os que são favoráveis permaneçam como estão, e os que são contrários se levantem, e quando necessário, faz-se a verificação de votação.

Não vejo necessidade, neste momento, de nos utilizarmos da votação nominal, até porque isto procura, e alguma forma, colocar este ou aquele Parlamentar contra esta ou aquela pessoa. Os que votarem a favor da solidariedade, ficarão numa posição de contrários ao Senador. Os que ficarem à favor do Senador, para ficar numa posição contrária aos demais. Acho que o objetivo desta não tem se pautado no dia-a-dia por esta sistemática.

Já fiz apelo ao Deputado Valdir Rossoni, já fiz apelo a Vossa Excelência, no sentido de que permaneçamos com a prática costumeira desta casa, com a votação simbólica, onde os que forem favoráveis permaneçam como estão, e os contrários sempre se manifestam.

Era este o nosso encaminhamento de votação, contrário a este requerimento de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Vou submeter a votos, de acordo com o requerimento aprovado para votação nominal do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lia o requerimento de autoria do Deputado Valdir Rossoni, e confesso, Excelência, que já vi na minha vida voto de solidariedade, mas igual a este aqui, francamente! Porque uma coisa é você ser solidário a alguém ou a alguma causa, agora, este voto aqui, regimentalmente, viola de forma brutal o dispositivo que possibilita a sua aprovação, porque na verdade, só o primeiro parágrafo, as três primeiras linhas, é que se referem especificamente ao assunto, no mais é uma peça acusatória, a ponto de comparar o Senador Requião a um "fuhrer" de província. Chega ao ponto de chamar o Senador Requião, que foi um lutador pelas liberdades públicas e democráticas, de figura, de filhote extemporâneo da ditadura, e vai por aí afora, com expressões, inclusive, aqui em inglês, meus parabéns, Excelência, Deputado Valdir Rossoni, pelo inglês que Vossa Excelência está usando aqui, mas queria, Sr. Presidente, deixar registrada claramente aqui a minha posição: quero votar contra este voto, pela peça acusatória que ele é.

Tenho que reconhecer, como cidadão e como Deputado Estadual, ao longo do exercício do meu mandato e dos cargos públicos que ocupei, e partidários que sempre recebi por parte do Governador Paulo Pimentel, e do jornalista Francisco da Cunha Pereira, o mais amplo acolhimento. Nunca recebi nenhum tipo de censura, tive sempre uma relação muito fraterna com estes dois paranaenses. A minha eventual divergência neste ponto da fala do Senador Requião, não me impede, Excelência, de manifestar aqui a minha posição contrária a este voto, pela parte do ataque que faz, virulento, a uma figura extraordinária, que todos os paranaenses gostam e apreciam muito, que é o Senador Requião.

Por isso, quero que esta Casa, que seja dispensada a votação nominal, porque certamente o Deputado Valdir Rossoni, quer com isto marcar aqueles que votam contra, e a minha posição é pública, porque mesmo sem votação nominal, torno público aqui o meu voto contrário a esta moção pelo ataque acusatório que faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com o Regimento Interno, o orador inicial pode falar a favor ou

contra, e em seguida, o outro Deputado poderá fazer o contrário do que anunciou o Deputado inicial.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já fiz o meu pronunciamento no dia de ontem, referindo-me a este episódio, e por isso não vou fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Regimento Interno prevê o seguinte: artigo 20, inciso VI, convidar o orador a declarar previamente se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma.

Deputado Romanelli?

(Pausa)

Contra.

Deputado Rossoni?

(Pausa)

A favor.

A Mesa vai chamar, e o Deputado responderá, menos os dois que já declararam o seu voto.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada, para o processo de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, tendo em vista que o Deputado Romanelli se pronunciou contrário ao requerimento, e o Deputado Rossoni iria encaminhar favoravelmente ao requerimento, mas declinou, gostaria que Vossa Excelência me concedesse a palavra também para fazer o encaminhamento da votação contrária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra, para justificativa de voto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Valdir Rossoni, quando apresentou o seu requerimento, no dia de ontem, ele dizia ser o seu requerimento um requerimento de desagravo ao Dr. Paulo Cruz Pimentel, nosso ex-Secretário da Agricultura, ex-Governador do Estado do Paraná, e também de desagravo e solidariedade ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor da Gazeta do Povo, e Diretor da Rede Paranaense de Televisão.

No entanto, no decorrer do seu pronunciamento e da leitura do requerimento, e posteriormente tendo tido a possibilidade de ter acesso à cópia deste requerimento, e feita a leitura, por inteiro, do teor do mesmo, nos apercebemos que em nenhum momento o requerimento do Deputado Valdir Rossoni,

firmado por outros Srs. Parlamentares também, em apoio a esse requerimento, ele pretende estabelecer a solidariedade ou o desagravo a essas duas ilustres personalidades do Estado do Paraná.

Por essa razão, não existe, de nossa parte, condições de acompanharmos o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, porque o requerimento, antes de ser um voto de desagravo a essas duas ilustres personalidades, é uma peça acusatória, difamatória, injuriosa, ao Senador Roberto Requião de Mello e Silva. Senador eleito pelos paranaenses, com uma votação superior a 2 milhões e 300 mil votos. Pessoa que hoje ocupa o Senado, mas que já teve, também, pelo voto direto e secreto do Paraná, o direito e a condição de ser o nosso Governador, de ser Prefeito da nossa Capital, de ser Deputado Estadual, aqui, nesta Assembléia Legislativa.

Não se pode, evidentemente, admitir que esta Casa adote posturas como esta que propõe o Deputado Valdir Rossoni, de acusar, de injuriar, de chamar o nosso Senador de filhote da ditadura, quando na realidade, o Requião, nos seus tempos de acadêmico, de militância política, seja no PMDB ou fora, quando ainda não estava filiado a um partido político, o Requião sempre foi uma pessoa que lutou e combateu o regime militar, naquilo que atacava os direitos humanos, naquilo que cerceava as liberdades democráticas.

Não pode o nosso Senador ser agora injuriado, através dessa peça escrita pelo Deputado Valdir Rossoni, até porque aquilo que ele disse na televisão a respeito do Governo do Estado, é aquilo que todos temos dito aqui na tribuna, como bem frisou o Deputado Ângelo Vanhoni, seja através dos nossos pronunciamentos, seja através de Questão de Ordem, de Pedido de Informações. Isso é o que temos feito aqui. Votar a favor desse requerimento, nos termos em que está proposto, é também caluniar, injuriar e difamar todos aqueles Deputados, que no livre exercício de democracia e do seu direito de Parlamentar, na condição de Deputado que não está ao lado do Governo, comparece à tribuna, ou na forma de um ofício, para manifestar o seu ponto de vista, a sua crítica às ações, que muitas vezes o Governo deixa de realizar.

Pedi um aparte ao Deputado Élio Rusch, e ele não me concedeu, quando falava dos Jogos da Natureza. Sem sombra de dúvida, os Jogos da Natureza devem fazer bem, sim, aos municípios

da Costa Oeste. E é bom que faça. Mas não venha Vossa Excelência, e nenhum outro, dizer que será através dos Jogos da Natureza, que vamos resgatar...

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**) - Não acredito que não procede o pronunciamento do ilustre Parlamentar, porque é uma justificativa de voto, e ele está fazendo um pronunciamento que poderia fazer uso do Horário da Liderança, para falar sobre a questão dos Jogos da Natureza.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - A Mesa solicita ao nobre Deputado que se atenha ao objeto do requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**) - Entendo que é objeto do voto que vamos proferir, Sr. Presidente, até porque o requerimento do Deputado Valdir Rossoni e dos outros Deputados está baseado no pronunciamento que fez o ex-Governador Roberto Requião, no horário do PMDB. E nesse horário do PMDB, quando falou o Senador Roberto Requião, ele falou a respeito dos Jogos da Natureza. Portanto, me parece que estou inserido no contexto do assunto que estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Vossa Excelência está divagando, e está mexendo com o Deputado Élio Rusch, nosso querido representante de Marechal Cândido Rondon.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**) - Tenho muito respeito pelo Deputado Élio Rusch, como tenho pelos companheiros da Costa Oeste do Paraná.

O que quero afirmar, Sr. Presidente, é que não são os Jogos Mundiais da Natureza que vão resgatar a economia da Região Oeste do Paraná, não são os Jogos Mundiais da Natureza, que ocorrerão de 4 em 4 anos, que vai fazer com que os turistas queiram vir para o Estado do Paraná.

Será que eles terão vontade de vir aqui daqui a 4 anos, somente para ver os Jogos da Natureza, que vai resgatar a economia, o desenvolvimento econômico e social daquela região?

São atos que já foram praticados por outros governantes - inclusive pelo Requião, pelo Álvaro Dias, pelo José Richa, pelo Ney, pelo Canet - que foi a institucionalização da UNIOESTE, que foi o início das obras da ponte de Guaíra, que foi a construção da FERROESTE - estes sim, atos praticados que permanentemente, de forma perene,

vão permitir que a região Oeste do Paraná tenha o seu desenvolvimento colocado cada vez mais adiante. Não são os Jogos da Natureza que vão trazer turistas, até porque Foz do Iguaçu, Sr. Presidente, já é considerada, se não me falha a memória, como segundo pólo turístico do Brasil, antes dos Jogos da Natureza.

Então, por esta razão, Sr. Presidente, é que não concordamos com esse requerimento do Deputado Valdir Rossoni. O Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, a exemplo do Dr. Francisco da Cunha Pereira, o pai, que já foi homenageado regimentalmente nesta Casa, sempre tiveram e sempre terão, da parte do Deputado Orlando Pessuti, e tenho certeza, da Bancada do PMDB, toda a solidariedade, todo o estímulo para que continue, ele e os seus, desenvolvendo trabalhos em favor do Estado do Paraná.

O Dr. Paulo Cruz Pimentel sempre teve e sempre terá a palavra de estímulo e de reconhecimento, por aquilo que fez pelo Estado do Paraná, como Governador, e por aquilo que fez, muito especialmente como Secretário da Agricultura deste Estado, a ponto de eu, pessoalmente, reconhecer que ele e Osmar Dias foram os maiores Secretários de Agricultura que o Paraná já teve, sem desmerecer, evidentemente, o trabalho de outros ilustres paranaenses. Paulo Pimentel marcou a sua época na agricultura. Osmar Dias também marcou a sua época, quiçá o nosso colega Hermas Brandão possa fazer o mesmo, já que desempenha um trabalho também rigoroso.

Então, por essa razão, Sr. Presidente, não podemos concordar com esse requerimento, que não é de solidariedade, não é. É um requerimento que é injurioso, que é acusatório, não só ao Senador Roberto Requião, mas é acusatório, difamatório e injurioso a todos nós que temos a ousadia, a coragem, ou pelo menos a disposição de cumprir o nosso dever de Parlamentar nesta Casa, ir à tribuna, ou assinar, como assinamos, um Pedido de Informações.

Por esta razão, o meu voto e dos meus companheiros, tenho certeza, será voto contrário a este requerimento do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Registre-se o voto do Deputado Pessuti, contra o requerimento.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a chamada nominal, e os Srs. Deputados poderão fazer a justificativa de voto.

O SR. DR. ROSINHA - Queremos fazer agora, porque assim já fazemos de dois ao mesmo tempo, eu e o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem, está com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos analisando o requerimento, bem como também assistimos o programa do PMDB.

Nós do Partido dos Trabalhadores, não só nesta Casa, mas inclusive a nível nacional, temos nos colocado em defesa da democratização de todos os meios de comunicação, e em defesa das rádios comunitárias que venham contribuir ainda mais para essa democratização. Inclusive, Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, lutam e fazem parte da Coordenação Nacional em Defesa da Democratização dos Meios de Comunicação.

O equívoco cometido pelo Senador Roberto Requião, foi personalizar ou personificar em dois empresários do nosso Estado, a questão específica da não democratização dos meios de comunicação.

Entendemos que isso é muito mais amplo e muito mais global do que simplesmente dos cidadãos empresários do nosso Estado. Se nos atermos, única e exclusivamente ao primeiro parágrafo, a Bancada do Partido dos Trabalhadores não tem razão nenhuma de votar contra, em função dessa justificativa. Votaríamos favorável. Quando analisamos os demais parágrafos desse requerimento, observamos algumas críticas que entendemos incabíveis, ou mesmo até não concordamos com elas.

Ao relatar que o bloqueio de ingresso de recursos no Estado do Paraná se dá, única e exclusivamente do Senador, não é verdade, o Senador trabalha para não liberar, mas o Governo do Estado do Paraná também tem trabalhado e contribuído para não liberação dessas verbas, ao não fornecer os documentos do contrato de interesse, assinando o protocolo de intenções com a Renault.

Também colocar que o ex-Senador, e posso falar com tranqüilidade, durante 4 anos, talvez tenha sido um dos mais críticos e opositores ao Governador de então, Roberto Requião. E entendendo que ele tem posturas autoritá-

as. Mas, como está no requerimento, colocá-lo como um filhote da ditadura, quero dizer que ele nunca foi nomeado Prefeito pela ditadura, em nenhuma cidade do nosso Estado. Portanto, é uma provocação, colocar esse tipo de argumentação.

Nós do PT, analisando parágrafo por parágrafo, como fiz, não concordamos com alguns, ou nos opondo a outros, e concordando com o primeiro parágrafo, não nos sentimos em condições de votar. A Bancada do PT vai se abster de votar nesse requerimento, em função dessa nossa análise. E a questão da votação nominal, sempre nos colocamos que todas as votações deveriam ser nominais, não somente essa. Mas essa, esperamos que não seja usada para futuras retaliações por uma oposição política assumida.

Então, a nossa bancada se abstém de votar nesse requerimento, em função dessa argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O primeiro Secretário fará chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Sr. Luiz Carlos Alborghetti - **Sim**.

Sr. Luiz Carlos Martins - **Sim**.

Sr. Luiz Carlos Zuk -

Sr. Neivo Beraldin - **Sim**.

Sr. Nelson Garcia - **Sim**.

Sr. Luiz Claudio Romanelli - **Não**.

Sr. Antonio Annibelli -

Sra. Irondi Pugliesi - **Sim**.

Sr. Ângelo Vanhoni -

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar de expressar a minha opinião a respeito dessa votação. É pela primeira vez na Assembleia Legislativa do Paraná, e espero que seja a última vez que tal procedimento aconteça.

Não vou poder exprimir aquilo que penso e aquilo que tenho convicção. A forma que foi colocado esse requerimento, constrange profundamente a minha consciência. Tenho pontos que acho que deveria votar a favor, no caso da solidariedade, e no entanto, a justificativa me impede de poder me expressar. Acho maldosa a formulação desse requerimento, porque ela não está de acordo com o princípio da democracia que devemos ter entre nós. De que cada um de nós possa se expressar livremente, para que a sociedade possa saber qual é a nossa posição. Esse requerimento e a forma como foi concebido,

transgride a possibilidade de que manifestemos, inequivocamente, cristalinamente, a vontade de cada um de nós. A expressão da minha consciência não se abarca hoje pelo voto sim, ou pelo voto não, em função da formatação deste requerimento colocado.

Para a bancada de situação, se quiser fazer um voto de repúdio ao ex-Governador Roberto Requião, tem todo o direito de fazê-lo, porque é assim que é a democracia. Agora, em função de uma outra situação colocada, em função da citação do nome de outras pessoas, num programa de televisão, que também não concordo, e adequar as duas, sinceramente, constrange a minha possibilidade de, enquanto cidadão, ter a possibilidade de dizer: "escolho este caminho", ou "escolho aquele caminho".

Peço ao Líder do Governo ou aos Srs. Deputados que, daqui para a frente, este tipo de posicionamento entre nós não volte a acontecer.

Neste sentido, impossibilitado de poder manifestar a minha opinião, em função da duplicidade de teor existente nesse requerimento, quero dizer aos Srs. Deputados, que, do ponto de vista da minha consciência, sinto-me incapaz, sinto-me mutilado neste momento, hoje, porque a Assembléia Legislativa deveria ter a possibilidade ampla para que, cada um de nós pudesse se expressar. Aqueles que querem apoiar o Senador Roberto Requião, que assim o façam, do ponto de vista programático. Aqueles que não querem, também que o façam.

Agora, juntar coisas que não têm sentido, uma com a outra, não é possível que sejamos forçados a mudar o ponto de vista pessoal de cada um.

As minhas posições são públicas, os senhores conhecem, e o resto da sociedade conhece também. Em relação aos dois homens de comunicação, já deixei claro, quando usei a tribuna. Não faria da mesma forma que o ex-Governador fez, no horário de televisão.

Por isso, gostaria de ter votado à solidariedade, sou impedido de manifestar o meu voto, que é o que vim aqui fazer, e o que os meus eleitores solicitaram que eu fizesse, em função da formatação desse requerimento. Neste sentido, não me resta outra alternativa, com pesar, de dizer que tenho de me abster.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Continua a chamada nominal)

Deputado Ademar Traiano - Sim;

Deputado Albanor Gomes - Sim;

Deputado Augustinho Zucchi - Sim;
Deputado Basílio Zanusso - Sim;
Deputado Beto Richa -
Deputado Caíto Quintana -
Deputado Carlos Simões - Sim;
Deputado César Seleme - Sim;
Deputado Cezar Silvestri -
Deputado Cleiton Kielse -
Deputado Duílio Genari - Sim;
Deputado Durval Amaral - Sim;
Deputado Edgar Bueno -
Deputado Edno Guimarães - Sim;
Deputado Edson Lino - Sim;
Deputado Eduardo Trevisan - Sim;
Deputado Élio Rusch - Sim;
Deputado Emerson Nerone -

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

Meu voto, Sr. Presidente, é não.

Gostaria de fazer deste voto, um voto de pesar, voto de solidariedade às milhares de crianças que morrem de fome, ou por falta de condições mínimas de vida, e que, poderiam ter sido salvas pelos 103 milhões de reais gastos em propaganda no Governo do Estado do Paraná, ano passado. Acho que isso, sim, merece um voto de pesar e de profundo desrespeito, feito pelo Governo do Estado, ao gastar indevidamente, deixando questões básicas, primordiais à vida humana de lado, e gastando em propaganda.

O fato da duplicidade de teor e o fato da falta absoluta de embasamento regimental a este documento que está sendo votado, me faz, Srs. Deputados, Sr. Presidente Anibal Khury, entender que o voto contrário é simplesmente um "não" a exatamente a má formulação.

Há dois setores absolutamente diferentes nesse voto de solidariedade, com cunho absolutamente de ataque e não de solidariedade aos dois senhores atingidos, que me parece de forma injusta, de fato mais pela não universalidade das discussões, não pela abertura, com relação aos meios de comunicação, a exatamente, a um ataque pessoal.

Mas, acho que pela duplicidade de teor, e pela falta de embasamento regimental, meu voto é "não". E faço desse meu não, um voto de pesar às crianças mortas por esse dinheiro mal empregado, pela administração pública do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há embasamento regimental, o requerimento continua a ser votado. Vossa Excelência diz "não" ao requerimento?

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Deputado Emerson Nerone - Não;
Deputado Florisvaldo Fier - Branco;
Deputado Geraldo Cartário - Sim;
Deputado Hidekazu Takayama -

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Sr. Presidente, para justificar o nosso voto.

Temos ouvido as belas argumentações da oposição, reconhecemos que talvez uma ou outra expressão tenha sido realmente um pouco mais forte, mas é preciso entender, pela lei física e até pela lei espiritual. A lei física diz que para cada ação, corresponde uma reação em sentido contrário.

Estamos olhando um lado, como se Sua Excelência o Sr. Roberto Requião estivesse sendo agredido. Mas, é preciso entender que ele usa a mídia a todo o momento para atacar, muitas vezes, de forma muito mais agressiva, o nosso Governador, e as suas atividades. E o nosso Governador não tem dado a sua justa retribuição, pela sua natureza, pela sua forma de ser.

Pela lei espiritual, diz que: toda a transgressão terá a justa retribuição.

Então, entendemos, queridos companheiros da oposição, que esse voto se justifica, e o meu pensamento, creio que da maioria dos nossos companheiros aqui é "sim".

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Deputado Takayama - Sim;
Deputado Horácio Rodrigues -

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Queria justificar, Sr. Presidente, primeiro, por acreditar, ter certeza absoluta que Vossa Excelência está conduzindo com igualdade este processo, com legitimidade, e corretamente.

Segundo, lamentar, profundamente, que o Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Rosinha, tenham saído do Plenário, quando a seguir votaremos um voto de repúdio à participação do Sr. Senador "sub judice", quando ele ataca frontalmente ao Banco do Estado do Paraná e a dois homens da comunicação.

O nosso voto é "sim".

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Deputado Horácio Rodrigues - Sim;
Deputado Irineu Colombo - Ausente;
Deputado João Techy - Ausente;
Deputado Joel Coimbra - Sim;

Deputado José Maria Ferreira - Sim;
Deputado José Tavares - Sim;
Deputado Júlio Ando - Sim;
Deputado Luiz Accorsi - Sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Apenas para um esclarecimento.

Se o voto do Deputado José Tavares, que não está no momento da votação, como está sendo computado? Está ausente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado José Tavares foi ao médico. Antes de sair, declarou seu voto, confiou a mim, e o seu voto é "sim".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sim, mas o senhor me diga o seguinte: o Deputado não estando presente no momento da votação, que colhe o voto, é possível que alguém vote dessa forma, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bom, não estamos numa casa escolar. Aqui, prevalece a palavra do Deputado. Se Vossa Excelência quiser considerar, vou atender Vossa Excelência.
Voto em branco, voto ausente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Obrigado, Excelência.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - José Tavares - Ausente;
Marquinhos Alves - Ausente;
Miltinho Puppio - Em tratamento de saúde - Ausente;
Nelson Tureck - Sim;
Nereu Moura - Não;
Orlando Pessuti - Não;
Péricles Mello - Ausente;
Plauto Miró - Pelo pronunciamento irresponsável feito pelo Senador Roberto Requião - Sim;
Renato Adur - Ausente;
Reny Borsatto - Ausente;
Ricardo Chab - Ausente;
Sâmis da Silva - Sim;
Sérgio Spada - Ausente;
Toti Colaço - Sr. Presidente, quero justificar o meu voto.

O SR. TOTI COLAÇO - Quero deixar claro que não faz parte do meu sentimento de acompanhar de perto, muitas vezes, colocações que atinjam frontalmente pessoas, cidadãos ou cidadãs. Não é pelo fato de eu ser membro da Bancada do PMDB, que possa em tudo apoiar o que o meu Senador do Paraná,

Roberto Requião, colocou ou coloca. Tenho que ter esta minha independência, e ele sabe disso.

Da mesma forma, não acolhi, não gostei quando ele, naquele momento, naquele espaço na televisão, nominalmente citou duas figuras ilustres do Estado do Paraná: Dr. Paulo Pimentel e Dr. Francisco da Cunha Pereira, aos quais tenho um grande apreço e uma grande amizade.

Particularmente não concordei, porém, o que está expresso no requerimento, da forma como foi redigido, se queremos fazer um desagravo, e por outro lado fazemos uma acusação, ficamos numa situação extremamente delicada e difícil.

Por isso, Sr. Presidente, é um direito que me assegura, regimentalmente, através do Artigo 167, que pela primeira vez nesta Casa me abstenho de participar desta votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Toti Colaço - Em branco; Valdir Rossoni - **Sim**; Walmor Trentini - **Sim**.

2ª Chamada dos Srs. Deputados:

Luiz Carlos Zuk, Antônio Annibelli, Beto Richa, Caíto Quintana, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Edgar Bueno, Eduardo Trevisan, Irineu Colombo, João Techy, Marquinhos Alves, Milzinho Puppio, Péricles Mello, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada - (**Ausentes**).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 34 Srs. Deputados. 27 votaram "sim"; 04, "não"; e 03 em branco.

Está **aprovado** o requerimento do Deputado Valdir Rossoni.

Há ainda o requerimento do Deputado Horácio Rodrigues. Já foi lido, mas peço ao 2º Secretário que proceda a leitura.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (**Procede a leitura do requerimento**).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente, queria, na verdade, argüir o fato de que na minha avaliação, esse requerimento é matéria vencida, porque contém exatamente os mesmos termos, e é objeto do requerimento anterior.

Queria que a Mesa considerasse como matéria vencida o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que o requerimento do Deputado Horácio Rodrigues é bem diferenciado do requerimento aprovado.

Vou submeter a votação simbólica.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão.

Devidamente registrado o voto contrário da Bancada do PT.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

24 aprovam. 06 rejeitam. **Aprovado**.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Queria registrar aqui a presença do companheiro Vereador Juvenal, de Bandeirantes, que está aqui na nossa galeria de honra. Registrar, na verdade, o seguinte: a minha tristeza de ver, não como votam aqueles que foram sempre adversários do Senador Requião, mas ver como votam aqueles que se disseram companheiros do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 2246, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente de sessão anterior. Não recebido pela Mesa.

A Mesa anuncia o requerimento, ainda, do Deputado Horácio Rodrigues, que vai deixar de recebê-lo, porque o requerimento solicita a cópia da declaração do Senador Requião, no programa eleitoral das TVs.

(**Lê o requerimento**).

Requerimento nº 2250, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor**.

Requerimentos nºs 2257 e 2258, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2259, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2264, 2265, 2266, 2272 e 2281-B, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2267, de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2268, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2274, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2277, de autoria dos Srs. Deputados Walmor Trentini, Horácio Rodrigues, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 2281-A, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2271, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2279, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Toti Colaço, Neivo Beraldin e Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para quinta-feira, dia 09, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022 e 024/97.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para logo após o término da Sessão Ex-

traordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 244, 437 e 470/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 442, 458 e 467/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 042 e 248/97.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS HORÁCIO RODRIGUES, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS E WALMOR TRENTINI, EM SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 1997.

Movimento em defesa do BANESTADO
Quem acredita neste Estado,
defende o BANESTADO

AB - AFAB - ACIMIB - FETEC - FEEB
DIRELS - Conselheira - Sindicatos

Todos sabemos da importância do BANESTADO, no fomento da economia e cultura do Paraná. Agora, neste momento em que se discute a privatização do Banco, estamos conclamando várias lideranças para estarem presentes no lançamento do Movimento em Defesa do BANESTADO, que será no dia 09 de outubro de 1997, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná - a partir das 14 horas. Já estão confirmadas as presenças de importantes personalidades do nosso Estado.

A sua participação, tenho certeza, será lembrada por toda a população paranaense: mais do que defender o Banco, estaremos defendendo o futuro e o desenvolvimento do nosso Estado.

Curitiba, 06 de outubro de 1997.